RELATÓRIO DE GESTÃO 2023



SICOOB Coopjus

SUMÁRIO

9 Sobre o Sicoob Coopjus

10 Missão, Visão e Valores

13 Produtos e Serviços

19 Atendimento

21 Premiações e Reconhecimento

23 Gente Sicoob Coopjus

27 Eventos e Ações

34 Ganho Social

36 Prestação de Contas

40 Relatório de Administração

44 Demonstrações coontábeis e notas explicativas

86 Parecer do Conselho Fiscal

90 Relatório de Auditoria

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Prezados cooperados,

Encerramos mais um ano e nossa Cooperativa, com muito trabalho, conseguiu superar as adversidades surgidas, que afetaram o sistema financeiro nacional como um todo.

Resiliência é a palavra-chave, porque, apesar dos obstáculos e contratempos surgidos, fomos moldando as situações, persistimos e conseguimos evoluir em algumas das metas estabelecidas para o nosso planejamento estratégico.

A determinação e o empenho de todos os colaboradores, diretoria e conselhos de administração e fiscal foram fundamentais em prol do propósito de tornar o Sicoob Coopjus parceiro e a principal instituição financeira do nosso cooperado.

Enfrentamos desafios significativos, mas com a confiança e apoio de vocês, nossos cooperados, nos sentimos fortalecidos para continuar a jornada e fazer do Sicoob Coopjus uma instituição ainda maior.

Obrigado todos.

Boa leitura.



Ronaldo Alves da Silva
Presidente do Conselho de Administração do Sicoob Coopjus

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Presidente do Conselho de Administração

Ronaldo Alves da Silva



Vice-presidente do Conselho de Administração

Antônio Cláudio dos Santos Rosa



Conselheira Administrativa

Áurea Maria Parreira



Conselheiro Administrativo

Frederico Gomes Jabbur



Conselheiro Administrativo

Márcio David Carvalho



Conselheiro Administrativo

Nestor Santiago Santos



Conselheiro Administrativo

Roberto Rodrigues da Costa



Conselheiro Administrativo

Sérvio Túlio de Freitas Vanucci

CONSELHO FISCAL



Conselheira Efetiva

Cláudia Maria



Conselheiro Efetivo

Hebe-Del Kader



Conselheiro Efetivo

José Milton



Conselheira Suplente

Ariane Miranda Rabelo Nésio



Conselheiro Suplente

Juliano Andrade



Conselheira Suplente

Irene Miguel Inocência

DIRETORIA EXECUTIVA



Diretora - Presidente

Regina Dinelli



Diretora Administrativa

Suzan Junqueira



Diretora Financeira

Fernanda Oliveira



1

Sobre o Sicoob Coopjus

Fundado sobre os pilares do cooperativismo, o Sicoob Coopjus destaca-se no mercado financeiro por sua missão de oferecer soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação.

Com um amplo portfólio de produtos e serviços, proporcionamos preços e taxas competitivas, além de um atendimento personalizado e humanizado. Disponibilizamos também uma variedade de benefícios exclusivos para nossos associados, incluindo:

- Parcerias para descontos em instituições de ensino, plano de saúde Unimed, serviços funerários;
- kit maternidade;
- Cursos para desenvolvimento pessoal e profissional;
- Orientação financeira gratuita.

Para mais informações, acesse nosso site: www.sicoob.com.br/web/sicoobcoopjus/beneficios.

Reforçamos que, como cooperativa, reinvestimos nossos resultados em benefício dos associados fortalecendo a economia local e contribuindo para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que atuamos.

Agradecemos imensamente a você que faz parte dessa história de sucesso!

PATRIMÔNIOLÍQUIDO (PL)
R$ 72.766.745

MAIS DE
5.072
COOPERADOS

ATIVOS TOTAIS
R$ 242.142.372

61
COLABORADORES

DEPÓSITOS À VISTA
R$ 17.149.315

DEPÓSITOS A PRAZO
R$ 143.447.672

OPERAÇÃO DE CRÉDITO
R$ 138.403.317

2

MISSÃO

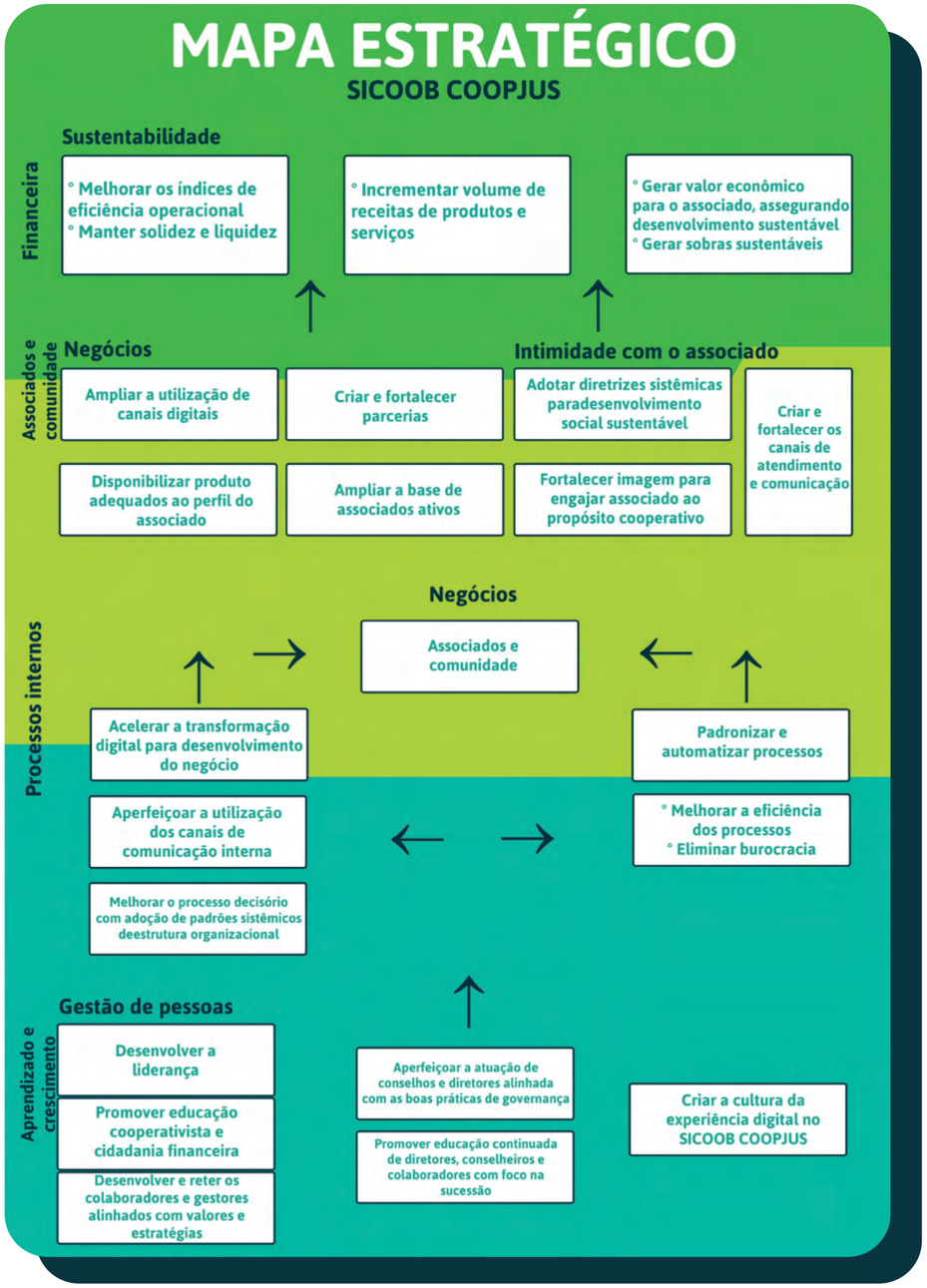
Oferecer soluções financeiras adequadas com experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação.

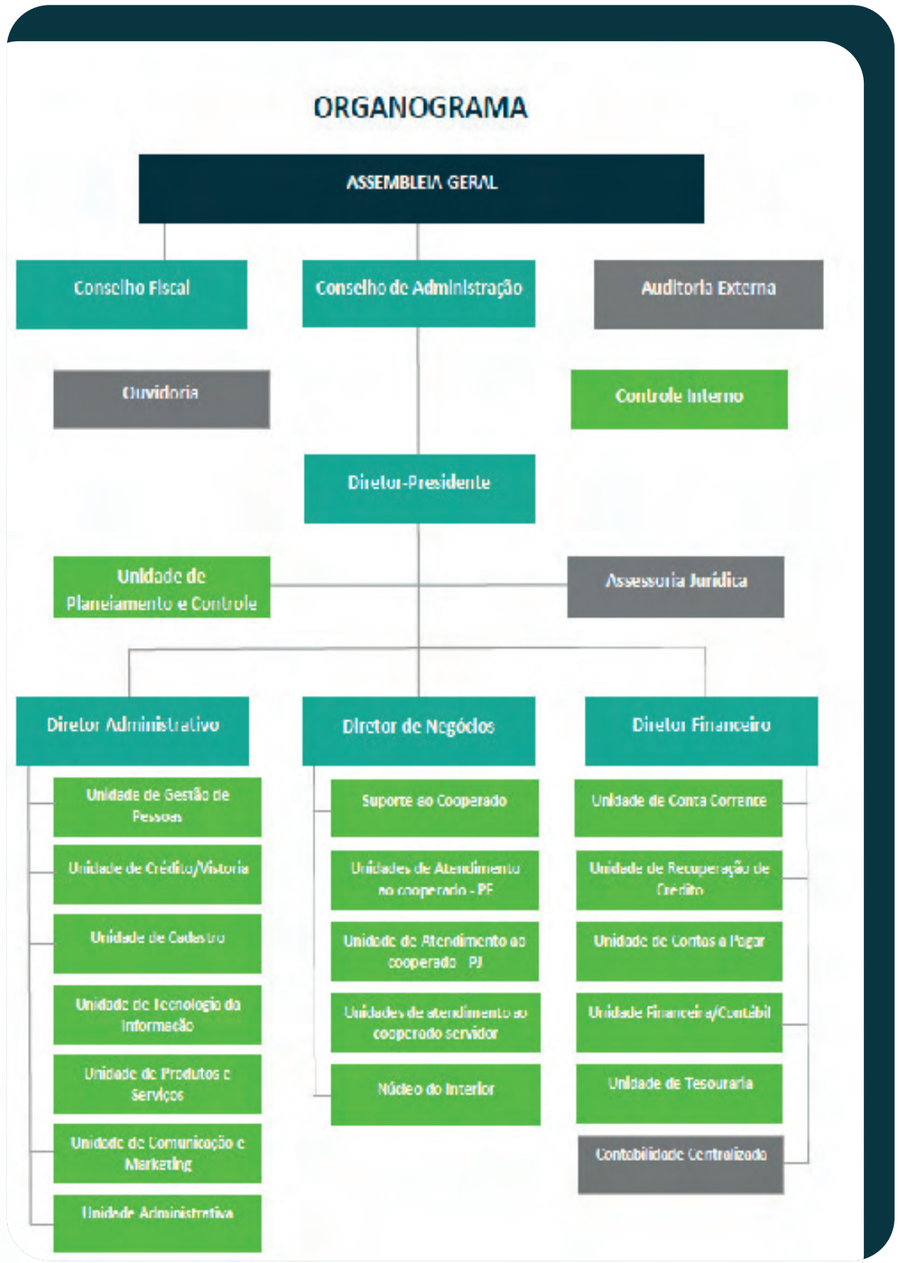
VISÃO

Ser a principal instituição financeira do cooperado, referência na promoção do desenvolvimento econômico e social para pessoas e comunidade.

VALORES

Transparência | Comprometimento | Respeito | Ética | Solidariedade | Responsabilidade | Liderança responsável | Inovação e simplicidade | Preservação da natureza | cooperativa do negócio.





3

Produtos e serviços

PESSOA FÍSICA



CONTAS

Sua porta de acesso a um mundo de produtos e serviços modernos, econômicos e sob medida para suas necessidades. Além disso, você tem direito a taxas reduzidas, cheque especial, pacotes de serviços adequados ao seu perfil e atendimento personalizado.



CARTÕES

Tenha sempre à mão um cartão feito para você, com condições justas, limites personalizados, programa de prêmios, um aplicativo exclusivo de gestão e vantagens especiais que só o Sicoob Coopjus pode oferecer.



CRÉDITO

Seja qual for a sua necessidade, aqui você encontra a solução. São opções de Crédito Pessoal, Crédito Consignado e Financiamento Antecipação de recebíveis com excelentes taxas e um atendimento exclusivo! Para sua viagem, adequação de despesas de início de ano, pagamento de impostos, antecipações de imposto de renda e 13° salário e muito mais.



SEGUROS

No Sicoob Coopjus você encontra um portfólio completo que vai desde Seguro Viagem até Empresarial. Por meio do Sicoob Corretora, temos acesso a produtos das maiores e melhores seuradoras do país. Tudo para você levar uma vida mais tranquila.



CONSÓRCIOS

Adquira sua casa, veículo, moto, bem ou serviços por meio do nosso Consórcio. Vantagens e segurança garantidas.



SERVIÇOS

Conte com o DDA (Débito Direto Autorizado), Pix, cobrança bancária, cartão virtual, saque sem cartão, consultoria financeira e muito mais!



INVESTIMENTOS

Comece a investir hoje mesmo: RDC, Poupança, Tesouro Direto, Fundos de Investimento e LCA.



CÂMBIO DE MOEDA ESTRANGEIRA

O Sicoob Coopjus, em parceria com a Cotação Câmbio, oferece a você os melhores produtos e serviços em câmbio. Tudo para você aproveitar ainda mais suas viagens internacionais.



PREVIDÊNCIA

Garanta um futuro tranquilo e promissor para você ou sua família com os planos e Previdência do Sicoob Coopjus.

PESSOA JURÍDICA

CONTAS
Essencial para a gestão do seu caixa, a Conta Corrente do Sicoob Coopjus é ideal para todos os perfis de negócios. Por meio do seu extrato, as conferências diárias ficam muito mais fáceis, principalmente quando são consultadas pelo aplicativo Sicoob.

CARTÕES
Organize as despesas da sua empresa com o Sicoobcard nas bandeiras Mastercard e Visa. Com eles, o controle de gastos fica muito mais simples!

CRÉDITO
Capital de giro e antecipação de recebíveis .
O Sicoob Coopjus possui linhas de crédito com prazos e condições adequadas à necessidade de caixa do seu negócio.

SEGUROS
Com os Seguros do Sicoob Coopjus, você conta com as melhores soluções para cuidar bem de cada recurso do seu negócio. São diversos planos e coberturas sob medida para pequenas, médias e grandes empresas e, claro, para quem faz tudo funcionar: seu sócios e colaboradores.

INVESTIMENTOS
Comece a investir hoje mesmo: RDC, Poupança, Tesouro Direto, Fundos de Investimento e LCA.

COBRANÇA BANCÁRIA
Aproveite uma plataforma online prática e rápida para sua empresa obter o que precisa. Emita seus boletos com tarifas excelentes e tenha a opção de pagamento via QR Code ou código de barras.

SIPAG
Com a Sipag, você antecipa seus recebimentos pelo celular e aproveita soluções integradas de pagamento para negócios que visam prosperar e crescer com benefícios e economia.





4

Rede de Atendimento

POSTO DE ATENDIMENTO DIGITAL/CENTRAL MULTICANAL SICOOB COOPJUS

E-mail: atendimento@sicoobcoopjus.com.br
Telefone/WhatsApp: (31) 2129-8585
Demais localidades: 0800 701 0717
Atendimento de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h

PONTOS DE ATENDIMENTO FÍSICO SICOOB COOPJUS

- **POSTO DE ATENDIMENTO MATRIZ**

Av. Getúlio Vargas, 258 – 10° andar - Funcionários – Belo Horizonte - MG
Segunda a sexta-feira, das 9h às 17h
Horário de funcionamento dos caixas: 10h às 16h

- **POSTO DE ATENDIMENTO BARRO PRETO**

Av. Augusto de Lima, N° 1568, sala 810 - Barro Preto
Belo Horizonte - MG
De segunda a sexta-feira, das 9h às 17h
Horário de funcionamento dos caixas: 10h às 16h

- **POSTO DE ATENDIMENTO RESTRITO TRE**

Av. Prudente de Morais, 320 - Cidade Jardim – Belo Horizonte - MG
Segunda a sexta-feira, das 9h às 17h*
Horário de funcionamento dos caixas: 9h às 16h30
*Atendimento exclusivo para servidores do órgão

- **POSTO DE ATENDIMENTO RESTRITO JUSTIÇA FEDERAL**

Av. Álvares Cabral, 1741, Santo Agostinho / Prédio ERA, 2° andar
Segunda a sexta-feira, das 9h às 17h*
Horário de funcionamento dos caixas: 9h às 16h30
**Atendimento exclusivo para servidores do órgão*

CAIXAS ELETRÔNICOS / BANCO 24HORAS

A rede Sicoob possui mais de 5 mil caixas eletrônicos próprios localizados em pontos estratégicos pelo Brasil, como empresas, shopping centers, aeroportos e rodoviárias.

Além disso, você também pode utilizar os caixas das redes **Banco 24Horas** e Cirrus.



Premiações e reconhecimento

2004

2° Lugar no II Prêmio Redação Cooperativista do Futuro.

2006

1° Lugar no Prêmio Comunicação Cooperativista – Categoria Site.

2010

2° Lugar no Prêmio Concred Verde 2010 – Categoria Melhor Cooperativa na Responsabilidade Social e 3° lugar na Categoria na Responsabilidade Ambiental.

2012

1° Lugar na Etapa Estadual e o 3° Lugar na Etapa Nacional do Prêmio Cooperativa do Ano 2012 no projeto Cadastro de Doadores Voluntários de Medula Óssea.

2016

3° Lugar no Prêmio Concred Verde, categoria Economia Funcional - Programa de Educação Financeira e Consumo Consciente - Estratégias Desenvolvidas pelo Sicoob Coopjus.

2021

Prêmio SomosCoop Excelência em Gestão 2021-2022, categoria prata - Primeiros Passos para a Excelência.

2022

Cooperativa certificada pelo Great Place to Work (GPTW) Jan/2022 – Jan/2023 a nível Brasil.

O projeto “Gincana Cooperativista: Fazer o bem faz bem” recebeu o selo Selo Instituto Sicoob como reconhecimento do impacto social positivo que ele gera.

2023

1° lugar na Campanha Nacional de Vendas do Sicoob (CNV), Categoria Conjunto da Obra PA Digital (atração e fidelização de cooperados digitais 1° trimestre 2023).

2° lugar na Campanha Nacional de Vendas do Sicoob (CNV), Categoria Conjunto da Obra PA Digital (atração e fidelização de cooperados digitais 2° trimestre 2023).

1° lugar na Campanha Regional de Performance da Cecremge, Categoria PA Digital.

Prêmio SomosCoop Excelência em Gestão 2024-2025, categoria Ouro - Primeiros Passos para a Excelência.



6

Gente Sicoob Coopjus

Com o intuito de desenvolver os profissionais, a Cooperativa investiu em programas, ações, treinamentos e capacitações para todo o quadro de colaboradores, diretores e conselheiros. Ao desenvolver novas competências, os colaboradores estarão mais bem preparados para atender às necessidades dos cooperados, oferecendo soluções mais eficientes e personalizadas.

INDICADORES DE GESTÃO DE PESSOAS

Total de colaboradores

61

Percentual de Mulheres: 70,49%
Percentual de Homens: 29,51%
N° Jovens aprendizes: 2
Idade média: 32 anos
Tempo de casa: média de 3 anos

Treinamento e Desenvolvimento - Horas de capacitação

Colaboradores: 5348:55:48
Conselheiros e Diretoria Executiva: 2003:15:36

Recrutamento e Seleção

30
profissionais do mercado
foram recrutados

Programa de Gestão de Desempenho - PDG 2023

57
avaliações e feedbacks

SATISFAÇÃO EM FAZER PARTE

A cooperativa realiza anualmente uma pesquisa de clima em parceria com a GPTW. Esta pesquisa engloba várias questões relacionadas ao ambiente de trabalho, como liderança, reconhecimento, benefícios, entre outros. A pesquisa de clima é uma ferramenta importante para compreender as necessidades dos colaboradores e promover melhorias no ambiente de trabalho, tornando-o mais saudável e estimulante. Em 2023, esse esforço foi reconhecido pelo segundo ano com a conquista do selo de uma das Melhores Empresas para se Trabalhar no Brasil.

Pesquisa de Satisfação - GPTW 2023

75%

Índice geral de satisfação

Great Place To Work.®

Certificada

Fev/2024 - Fev/2025

BRASIL ™

Esse reconhecimento é resultado do compromisso do Sicoob Coopjus em oferecer um ambiente de trabalho acolhedor, motivador e produtivo. Ele reflete a eficácia das ações realizadas pela cooperativa para promover um ambiente de trabalho de qualidade, no qual os colaboradores se sintam valorizados e engajados em suas atividades.

EDUCAÇÃO EM FOCO

Baseado nos princípios 5° e 7° do cooperativismo, o Sicoob Coopjus assume o compromisso de difundir conhecimentos financeiros, técnicos e cooperativistas entre seus cooperados e nas comunidades em que está inserido.

No ano de 2023, além das tradicionais consultorias financeiras, o Sicoob Coopjus estabeleceu parcerias com escolas levando educação financeira a um total de 166 crianças, com idades entre 8 e 12 anos. Adicionalmente, 388 jovens e adultos foram beneficiados por meio de palestras e cursos sobre o tema.

Também contamos com a participação de 21 cooperados em diversos cursos e trilhas educacionais que abordaram temas como ética, cooperativismo, liderança e segurança digital.

Ao todo, 579 pessoas, entre cooperados e membros da comunidade local, foram impactadas, o que representa cerca de 11% do quadro social:

EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA	7
EDUCAÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL	14
EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA CRIANÇAS	166
EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA JOVENS E ADULTOS	392

PARA MAIS INFORMAÇÕES SOBRE COMO PARTICIPAR DE NOSSOS PROGRAMAS, VISITE:
WWW.SICOOB.COM.BR/WEB/SICOOBCOOPJUS/BENEFICIOS

7

Eventos e Ações

O ano de 2023 proporcionou diversas oportunidades de conhecimento, solidariedade e de interação. Podemos dizer que trabalhamos muito para que os sete princípios cooperativistas estivessem presentes. Certamente, dentre eles, o 6° princípio (Intercooperação) e também o 7° (Interesse pela Comunidade) se destacaram ao longo de todo o ano, em função às várias ações que realizamos em nossa cooperativa para o público interno e externo.

Em fevereiro, lançamos a campanha de livre admissão, um marco importante para a cooperativa. A equipe de comunicação e marketing elaborou estratégias inovadoras para a primeira fase de divulgação, destacando os benefícios em fazer parte do Sicoob Coopjus. A campanha abrangeu redes sociais, mídia externa e eventos presenciais, resultando em uma recepção positiva e aumento no interesse pela cooperativa. Este marco representa nosso compromisso com a inclusão e crescimento coletivo. Juntos, seguimos para um futuro mais vibrante e diversificado.





Nos meses de março e abril, promovemos diversos eventos, que incluíram uma ação interna em celebração ao Dia da Mulher para nossos colaboradores, a realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE), uma campanha de vacinação destinada a conselheiros e funcionários, participação em um evento comercial no Juizado Especial Cível e uma iniciativa especial de Páscoa para os colaboradores. Essas atividades destacam nosso compromisso com o bem-estar, engajamento e a celebração de momentos significativos em nossa comunidade.

No mês de maio, celebramos os 35 anos de existência de nossa cooperativa. A equipe de comunicação decorou todos os nossos postos de atendimento, proporcionando um ambiente ainda mais agradável. Em colaboração com a equipe comercial, distribuímos brindes bem-sucedidos a todos os cooperados que visitaram nossas unidades no dia do aniversário da cooperativa.





No decorrer do mês de junho, tivemos a honra de proporcionar uma enriquecedora palestra educativa aos nossos colaboradores. O tema abordado foi “A Importância da Ética Profissional no Trabalho”, visando promover reflexões e fortalecer os valores éticos em nosso ambiente laboral. Após essa instigante palestra, criamos um momento de descontração e integração, inspirado na temática junina, para fortalecer ainda mais os laços entre os membros da equipe. Essa iniciativa não apenas promoveu o desenvolvimento profissional, mas também reforçou o espírito colaborativo e o ambiente positivo em nossa organização.

No mês de julho, os colaboradores encarregados do Instituto Sicoob em nossa cooperativa estabeleceram parcerias com institutos de educação para oferecer informações sobre educação financeira a crianças. Já em agosto, realizamos uma comovente ação para o Dia dos Pais, na qual solicitamos aos familiares que nos enviassem vídeos de seus filhos. Durante um café especial em comemoração a este dia, compartilhamos esses vídeos, homenageando todos os pais envolvidos.





No mês de setembro, desenvolvemos iniciativas que envolveram ativamente nossa equipe, incluindo a apresentação da nossa cooperativa aos alunos e professores da Universidade Fumec. Além disso, promovemos uma palestra focada na conscientização sobre saúde mental, em consonância com o mês do Setembro Amarelo. Encerrando as atividades, realizamos a premiação do concurso interno, destacando um vencedor entre os colaboradores. A comissão julgadora selecionou um nome para integrar nosso quadro de podcast, abordando uma variedade de temas e fornecendo informações valiosas para todos que buscam aprofundar seus conhecimentos sobre o cooperativismo.

No mês de outubro, celebramos o Mês do Servidor Público, durante o qual nossa equipe comercial promoveu, em parceria com os órgãos públicos, diversas atividades enriquecedoras para todos os servidores, independentemente de serem cooperados ou não. Essas iniciativas desempenharam um papel crucial no fortalecimento e na visibilidade da nossa marca.





No mês de novembro, dedicamo-nos a reconhecer nossos colaboradores através do programa “Reconhecer”. Além disso, premiamos as ideias selecionadas por nossa comissão julgadora no âmbito do programa “Pense Fora da Caixa”, visando implementá-las em nossa cooperativa.

Destacamos ainda a realização da Assembleia Geral Extraordinária - AGE, durante a qual nossos cooperados participaram de votações para aprovar ou rejeitar as pautas apresentadas no dia.

Concluindo, o mês de dezembro ficou marcado pela participação dos nossos gerentes de negócios, diretoria e presidente no ENCOOP, um evento que busca compartilhar resultados e buscar melhorias para a nossa cooperativa, sempre com o foco em valorizar nossos cooperados. Priorizando a transparência, o Sicoob Coopjus fortalece-se a cada dia, caminhando lado a lado com aqueles que contribuem para esse crescimento. No dia 06 de dezembro de 2023, o Advogado Guilherme Rodegheri, do Escritório Corrêa Ferreira, ministrou o Workshop sobre Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD. O encontro teve como objetivo conscientizar sobre a importância da proteção dos dados presentes na nossa Cooperativa.

Para encerrar o ano, realizamos nossa confraternização, reunindo toda a equipe e os conselheiros. Festejamos as conquistas de 2023 e celebramos juntos este momento de confraternização.





8

BALANÇO SOCIAL

1. Identificação

Nome da Cooperativa		Ramo de Atividade
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sicoob Coopjus Ltda.		Crédito
CNPJ	**Tempo de existência**	**Atuação da Cooperativa**
25.363.615.0001/03	35 anos	Nacional / Urbana

Responsável pelo preenchimento

Carlos Augusto Zeferino

2. Indicadores de Corpo Funcional	2023			2022		
	Cooperados(as)	Empregados(as)	Nº Total	Cooperados(as)	Empregados(as)	Nº Total
Nº de pessoas na cooperativa (em 31/12)	5.072	54	**5.126**	4.790	47	**4.837**
Nº de admissões durante o período	484	30	**514**	623	23	**646**
Nº de saídas e demissões durante o período	200	26	**226**	125	21	**146**
Nº de trabalhadores(as) terceirizados(as)	-	3	**3**	-	3	**3**
Nº de mulheres que trabalham na cooperativa	-	43	**43**	-	39	**39**
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	-	26%	**26,00%**	0,00%	26%	**26,00%**
Remuneração média das mulheres	-	R$ 5.126,99	**R$ 5.126,99**	R$ 0,00	R$ 4.767,97	**R$ 4.767,97**
Remuneração média dos homens	-	R$ 3.759,83	**R$ 3.759,83**	R$ 0,00	R$ 4.257,62	**R$ 4.257,62**
Nº de negros(as) que trabalham na cooperativa	-	14	**14**	-	17	**17**
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	-	11%	**11%**	-	11%	**11%**
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	-	-	**-**	-	-	**-**

3. Indicadores de Organização e Gestão	2023	2022
Procedimento para integralização das quotas-partes	Conforme previsto em Estatudo Social	Conforme previsto em Estatudo Social
Valor da maior salário pago ao(à) empregado(a)	R$ 13.470,87	R$ 12.873,54
Valor da menor salário pago ao(à) empregado(a)	R$ 619,99	R$ 569,36
Destino das sobras	Rateio entre os cooperados	Rateio entre os cooperados
Fundos existentes	Fundo de reserva, Fundo de expansão, Fundo de estabilidade e FATES	Fundo de reserva, Fundo de expansão, Fundo de estabilidade e FATES
Espaço de deliberação sobre o destino das sobras ou débitos	Assembleio Geral Ordinária	Assembleio Geral Ordinária
Parâmetro utilizado para distribuição das sobras entre os(as) cooperados(as)	Lei 5.764/71	Lei 5.764/72
Quantidade de assembléias realizadas	2	2
Freqüência média nas assembléias pelos(as) cooperados(as)	0,73%	0,85%
Decisões submetidas à assembléia	Destinação de Sobras, Ratificação des politicas, Alterações estatutárias	Destinação de Sobras, Ratificação des politicas, Alterações estatutárias
Outros órgãos sociais existentes na cooperativa	Conselho Fiscal	Conselho Fiscal
Renovação dos cargos diretivos	1/3	1/3
Freqüência do(s) instrumento(s) de prestação de contas	Mensal	Mensal
Critério principal para admissão de novos(as) cooperados(as)	Conforme Art.9º do Estatuto Social	Conforme Art.9º do Estatuto Social
Critério principal para afastamento de cooperados(as)	Conforme Art.15, Art.16, Art.19 do Estatuto Social	Conforme Art.15, Art.16, Art.19 do Estatuto Social
Espaços de representação do cooperativismo em que a cooperativa atua	Sistema OCB	Sistema OCB
Principais parceiras e apoios	Secoop/OCB; Sicoob Central Cecremge; Escola Públicas e Privadas; Faculdades e Universidades; etc.	Secoop/OCB; Sicoob Central Cecremge; Faculdades e Universidades; etc.
Principal fonte de crédito	Capital Social, Reservas e Depósitos	Capital Social, Reservas e Depósitos
Número total de acidentes de trabalho	0	0
Existem medidas concretas em relação à saúde e segurança no ambiete de trabalho?	Sim, a cooperativa implementa a cada dois anos as ações e o plano de treinamento conforme estabelecido no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). Além disso, realiza outras atividades de conscientização e prevenção, tais como Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul, entre outras.	Sim, a cooperativa implementa a cada dois anos as ações e o plano de treinamento conforme estabelecido no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). Além disso, realiza outras atividades de conscientização e prevenção, tais como Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul, entre outras.
A participação de cooperados(as) no planejamento da cooperativa:	Ocorre em todos os níveis	Ocorre em todos os níveis
A cooperativa costuma ouvir os(as) cooperados(as) para solução de problemas e/ou na hora de buscar soluções?	A Cooperativa disponibiliza diversos canais de comunicação com seus cooperados, destinados a ouvir seus principais problemas. Isso inclui o "Fale com o Comitê de Ética", "Fale com o Conselho Fiscal", "Fale com o Presidente" e "Fale Conosco", todos acessíveis por meio do site da cooperativa. Anualmente, realiza uma pesquisa de satisfação nas modalidades qualitativa e quantitativa, por meio da qual coleta as opiniões dos cooperados. Essas informações são utilizadas para desenvolver um plano de ação voltado para melhorias.	A Cooperativa disponibiliza diversos canais de comunicação com seus cooperados, destinados a ouvir seus principais problemas. Isso inclui o "Fale com o Comitê de Ética", "Fale com o Conselho Fiscal", "Fale com o Presidente" e "Fale Conosco", todos acessíveis por meio do site da cooperativa. Anualmente, realiza uma pesquisa de satisfação nas modalidades qualitativa e quantitativa, por meio da qual coleta as opiniões dos cooperados. Essas informações são utilizadas para desenvolver um plano de ação voltado para melhorias.

4. Indicadores econômicos (em R$)	2023	2022
Faturamento bruto	26.220.012,06	23.618.092,26
Ingressos de Depositos Intercooperativos	8.632.779,02	5.943.630,22
Patrimônio de terceiros	200.487.185,97	189.285.499,84
Impostos e contribuições	397.164,04	343.289,87
Folha de pagamento/salários e encargos	7.254.551,22	6.649.972,40
Valor médio da quota-parte	7.864,79	8.353,36
Sobras ou perdas do exercício - antes do Juros ao Capital	3.330.131,32	1.695.345,99
Fundos	31.652.959,36	28.800.100,67

5. Indicadores sociais internos	2023			2022		
	Cooperados(as)	Empregados(as)	Nº Total	Cooperados(as)	Empregados(as)	Nº Total
Alimentação	-	742.097,47	**742.097,47**	-	742.798,56	**742.798,56**
Saúde	-	125.580,03	**125.580,03**	-	89.196,02	**89.196,02**
Segurança do Trabalho	-	34.429,64	**34.429,64**	-	31.409,50	**31.409,50**
Investimento em Cultura e Lazer	382,50	900,00	**1.282,50**	212,50	600,00	**812,50**
Educação/alfabetização, ensino fundamental, médio ou superior	-	1.400,00	**1.400,00**		1.187,80	**1.187,80**
Capacitação profissional	-	9.720,00	**9.720,00**		1.562,00	**1.562,00**
Capacitação em gestão cooperativa	-	83.700,00	**83.700,00**		9.360,00	**9.360,00**
Creche ou auxílio-creche	-	38.171,87	**38.171,87**	-	33.152,03	**33.152,03**
Ações ambientais relativas à produção/operação	-	-	**-**	-		**-**
Previdência Privada	-	-	**-**	-	-	**-**

6. Indicadores sociais externos (investimentos na comunidade – em R$)	2023		2022	
Compras de outras cooperativas		125.580,03		89.196,02
Vendas para outras cooperativas		-		-
Venda de bens e/ou serviços terceirizados		1.224.718,87		1.592.165,22
Investimentos em programas e/ou projetos ambientais externos		-		-
Investimentos em cultura e lazer		66.192,76		-
Investimentos em educação/alfabetização para a comunidade		9.356,18		-
	nº de pessoas beneficiadas:	525	nº de pessoas beneficiadas:	-
	nº de entidades beneficiadas:	5	nº de entidades beneficiadas:	-
Gastos com ações sociais/doações (financeiras, produtos e/ou serviços)/ajudas humanitárias		63.024,92		73.749,06
Outros		**-**		**-**
Total dos investimentos sociais externos		**1.488.872,76**		**1.755.110,30**

7. Outras Informações

O Sicoob Coopjus possui 31 voluntários, representando 57% do seu quadro funcional em 2023, engajados na realização das 15 ações promovidas ao longo do ano em benefício dos cooperados e da comunidade.

GANHO SOCIAL

O Ganho Social é um indicador do sistema cooperativo que apresenta as economias proporcionadas aos associados do Sicoob Coopjus em comparação aos valores que seriam desembolsados ou deixariam de receber ao efetuarem suas operações no sistema financeiro tradicional.

O cálculo do ganho social é formado pela soma dos ganhos diretos e indiretos dos cooperados, na seguinte ordem:

Ganhos diretos:

Composto pelas sobras brutas da cooperativa ao final do exercício. O Sicoob Coopjus gerou sobras no valor de 1,2 milhão de reais, após a remuneração do capital social e das destinações do FATES e reservas. Esse valor será distribuído após aprovação da Assembleia.

Adicionalmente, parte dessas sobras é investida na formação e educação dos cooperados e das comunidades, por meio de ações cooperativistas, consultoria financeira, cursos, palestras e ações sociais, entre outros.

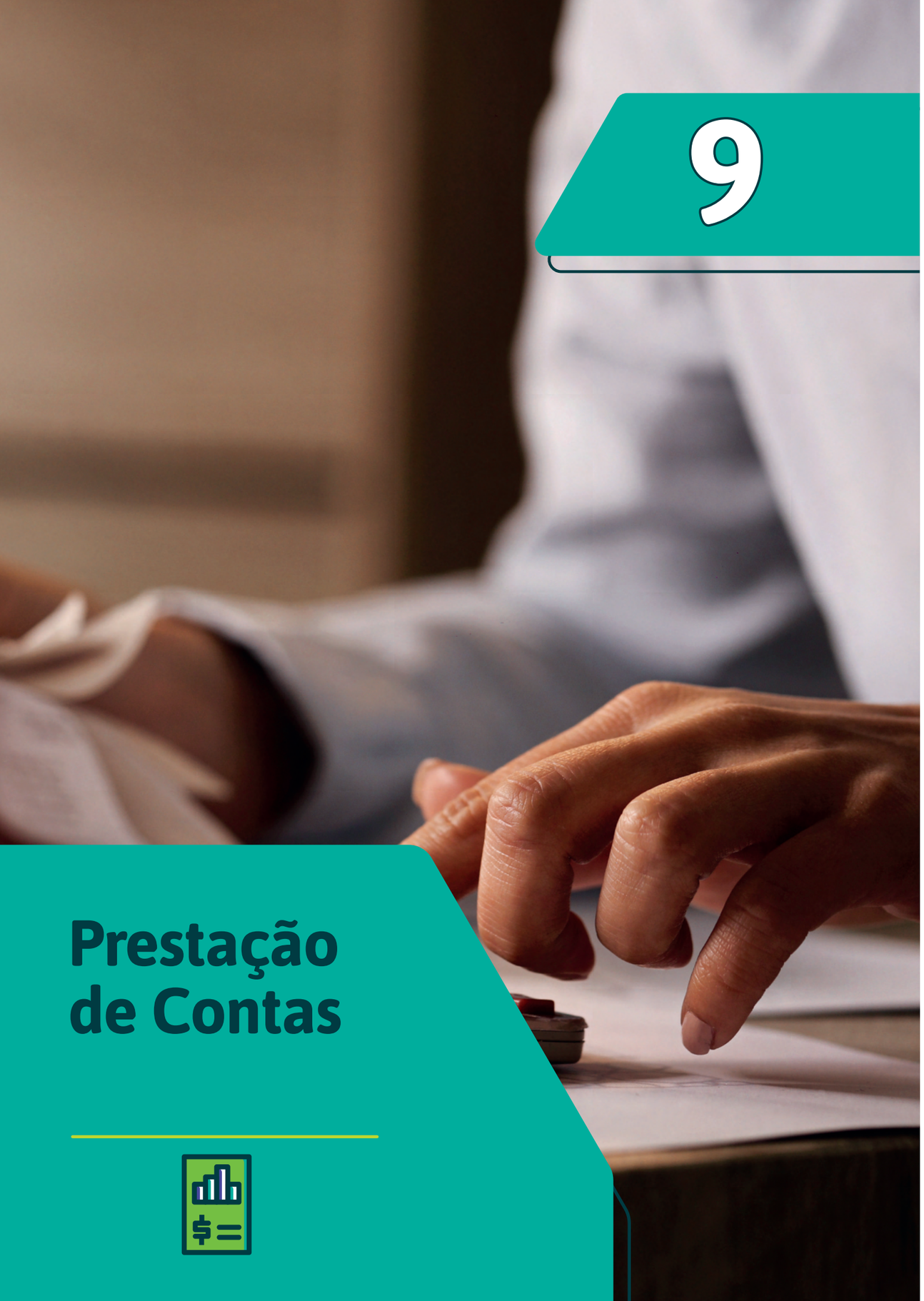
Ganhos indiretos:

Refere-se à economia com taxas e tarifas praticadas pela cooperativa em comparação com os bancos. Ou seja, é a diferença média dos valores que seriam pagos aos bancos na forma de juros e taxas frente às mesmas transações financeiras realizadas na Cooperativa. Nessa conta entram:

- Empréstimos e financiamentos
- Títulos descontados
- Cheque especial e conta garantida
- Depósitos
- Remuneração paga sobre os investimentos

Os cooperados do Sicoob Coopjus economizaram mais de 13,9 milhões de reais ao utilizar os produtos e serviços da cooperativa em vez do mercado financeiro tradicional. Dessa forma, houve um ganho social médio de 3.360 reais por cooperado. Essa economia destaca a vantagem competitiva do cooperativismo, onde os associados encontram serviços financeiros mais acessíveis e com taxas mais vantajosas.





9

Prestação de Contas

NÚMERO DE COOPERADOS

Em relação a 2021, o Sicoob Coopjus evoluiu em 18% no número de cooperados.

2021	4.309
2022	4.790
2023	5.072

PESSOA FÍSICA
97 %

PESSOA JURÍDICA
3 %

ATIVOS TOTAIS

A soma dos bens e direitos do Sicoob Coopjus é o que chamamos de ativos. Eles estão representados principalmente pelas operações de crédito dos cooperados e dos recursos investidos na Central Cecremge.

Alcançamos a marca de R$ 242.142.372 em 2023, o que representa um crescimento de mais de 15 milhões no período.

2021	R$ 210.443.982
2022	R$ 227.117.631
2023	R$ 242.142.372

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Durante o ano, foram concedidos R$ 40.740.038 em produtos de crédito, como financiamentos, cheque especial, empréstimos, entre outros, o que representa um total de 2.267 contratos. Com essas operações, nossa carteira atingiu a marca de R$ 139.429.197.



CARTEIRA DE CRÉDITO

R$ 139.429.197

DEPÓSITOS TOTAIS (DEPÓSITOS À VISTA + DEPÓSITOS A PRAZO)

Os cooperados confiam cada vez mais na solidez do Sicoob Coopjus. Em 2023, os depósitos totais, que resulta do somatório das aplicações em RDC e do saldo mantido em conta corrente, cresceram 8 % no período, alcançando o saldo de 160.596.987.

2021 R$ 132.923.557

2022 R$ 149.272.883

2023 R$ 160.596.987

Vale lembrar que somos filiados ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que ajuda a assegurar os investimentos de todos os cooperados.

PATRIMONIO LÍQUIDO

O patrimônio da líquido Cooperativa cresceu 4% durante o ano de 2023.

2021 R$ 70.002.013

2022 R$ 69.882.256

2023 R$ 72.766.745

CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA

O nosso saldo de centralização financeira (total de recursos investidos na nossa Central do Sicoob), cresceu 33% em relação ao exercício de 2022, totalizando R$ 86.709.327.

2021 R$ 57.010.009

2022 R$ 65.390.007

2023 R$ 86.709.327

RESERVA LEGAL

O valor da reserva legal, que é um fundo obrigatório por lei criado para dar suporte a situações emergenciais da Cooperativa, apresentou crescimento de 8% no período.

2021 R$ 25.336.011

2022 R$ 27.407.585

2023 R$ 29.552.669

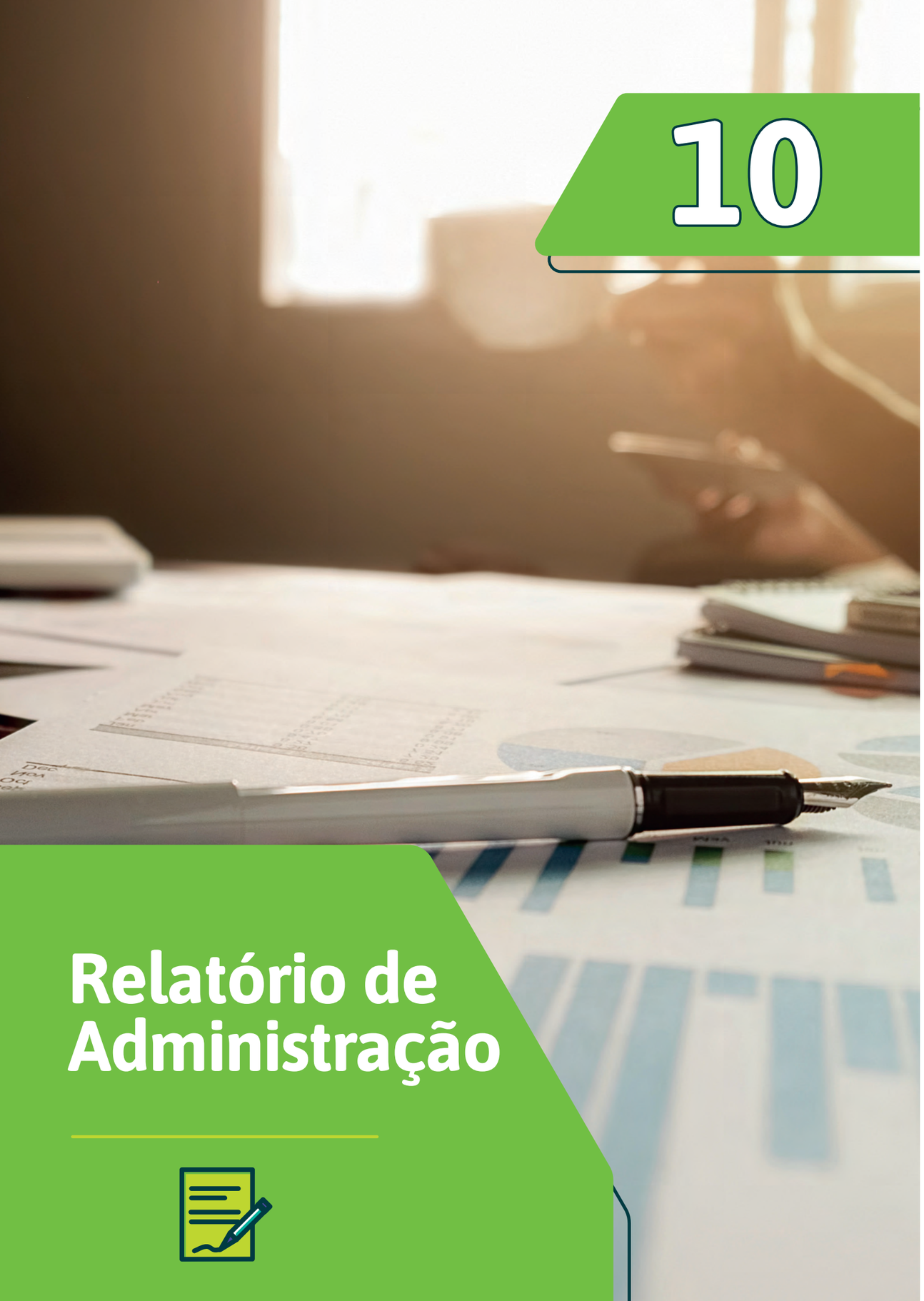
SOBRAS DO EXERCÍCIO

Alcançamos o montante de R$ 3.330.131,22 em resultado bruto, antes da remuneração do capital, destinações legais e estatutárias.



TOTAL DE SOBRAS

3,3 MILHÕES



10

Relatório de Administração

Relatório da Administração 31 de dezembro de 2023

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO SICOOB COOPJUS LTDA.

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023 da cooperativa financeira SICOOB COOPJUS.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa

O SICOOB COOPJUS é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do “RATING” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 95,31% nos níveis de “AA” a “C”.

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL CECREMGE e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 2023, o SICOOB COOPJUS registrou o total de 41 (quarenta e uma) manifestações. Das reclamações, 16 (dezesseis) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Data-base: 31 de dezembro de 2023.

Unidade de Apresentação: reais.

Resultados Financeiros do Período	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Sobras ou Perdas do Exercício - antes do Juros ao Capital	96,43%	3.330.131,32	1.695.345,99

Número de cooperados	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Total	5,89%	5.072	4.790

Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Carteira Comercial	-3,89%	138.403.317,38	144.000.259,64
Total	**-3,89%**	**138.403.317,38**	**144.000.259,64**

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2023 o percentual de R$ 6,76% da carteira, no montante de R$ 9.414.680,30.

Captações	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos à vista	18,39%	17.149.315,05	14.486.004,22
Depósitos a prazo	6,43%	143.447.671,95	134.786.878,42
Total	**7,59%**	**160.596.987,00**	**149.272.882,64**

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2023 o percentual de R$ 32,11% da captação, no montante de R$ 50.381.703,45.

Patrimônio de referência	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Total	3,42%	67.545.450,65	65.314.885,02

9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Conselho de Administração e Diretoria.

BELO HORIZONTE-MG, 31 de dezembro de 2023.

3



11

Demonstrações contábeis e notas explicativas

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO SICOOB COOPJUS LTDA.
SICOOB COOPJUS
CNPJ: 25.363.615/0001-03
BALANÇO PATRIMONIAL
Em Reais

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		**242.142.372,09**	**227.117.631,35**
DISPONIBILIDADES	**4**	**392.651,65**	**276.039,03**
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		**239.307.083,73**	**221.972.922,74**
Títulos e Valores Mobiliários	**5**	8.863.261,42	8.406.454,96
Relações Interfinanceiras		86.709.326,76	65.390.006,93
Centralização Financeira		86.709.326,76	65.390.006,93
Operações de Crédito	**6**	138.403.317,38	144.000.259,64
Outros Ativos Financeiros	**7**	5.331.178,17	4.176.201,21
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		**(4.398.355,23)**	**(2.685.852,82)**
(-) Operações de Crédito	**6.b**	(3.627.049,59)	(2.410.899,34)
(-) Outras	**7.1**	(771.305,64)	(274.953,48)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	**8**	**58.518,81**	**388.779,20**
OUTROS ATIVOS	**9**	**156.107,50**	**147.270,18**
IMOBILIZADO DE USO	**10**	**9.004.707,45**	**9.227.845,40**
INTANGÍVEL	**11**	**205.541,77**	**201.505,15**
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	**10 e 11**	**(2.583.883,59)**	**(2.410.877,53)**
TOTAL DO ATIVO		**242.142.372,09**	**227.117.631,35**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**242.142.372,09**	**227.117.631,35**
DEPÓSITOS	**12**	**160.596.987,00**	**149.272.882,64**
Depósitos à Vista		17.149.315,05	14.486.004,22
Depósitos a Prazo		143.447.671,95	134.786.878,42
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		**20.709,78**	**30.010,75**
Outros Passivos Financeiros	**13**	20.709,78	30.010,75
PROVISÕES	**14**	**3.461.048,14**	**3.355.099,04**
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	**15**	**397.164,04**	**343.289,87**
OUTROS PASSIVOS	**16**	**4.899.718,28**	**4.234.092,57**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**17**	**72.766.744,85**	**69.882.256,48**
CAPITAL SOCIAL		39.890.198,97	40.012.617,20
RESERVAS DE SOBRAS		31.652.959,36	28.800.100,67
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		1.223.586,52	1.069.538,61
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**242.142.372,09**	**227.117.631,35**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO SICOOB COOPJUS LTDA.
SICOOB COOPJUS
CNPJ: 25.363.615/0001-03
DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS
Em Reais

	Notas	2 º Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**16.358.555,95**	**31.988.772,11**	**26.408.915,00**
Operações de Crédito	**19**	11.950.982,22	23.355.993,09	20.465.284,78
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	**4.a**	4.407.573,73	8.632.779,02	5.943.630,22
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**20**	**(10.241.559,81)**	**(20.586.182,20)**	**(15.763.034,24)**
Operações de Captação no Mercado	**12.d**	(8.465.077,44)	(16.918.566,08)	(13.555.520,97)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		(18,58)	(18,58)	-
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(1.776.463,79)	(3.667.597,54)	(2.207.513,27)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**6.116.996,14**	**11.402.589,91**	**10.645.880,76**
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		**(4.372.702,57)**	**(7.819.526,27)**	**(8.795.984,91)**
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	**21**	1.731.647,13	3.146.262,96	1.287.659,13
Rendas de Tarifas	**22**	67.841,40	120.180,43	66.488,25
Dispêndios e Despesas de Pessoal	**23**	(3.747.583,36)	(7.252.456,35)	(6.649.972,40)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	**24**	(1.934.154,36)	(3.954.868,23)	(3.850.249,77)
Dispêndios e Despesas Tributárias	**25**	(72.276,30)	(193.701,19)	(216.013,93)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	**26**	962.661,85	2.391.206,42	1.157.371,81
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	**27**	(1.380.838,93)	(2.076.150,31)	(591.268,00)
PROVISÕES	**28**	**(125.481,80)**	**(157.602,95)**	**(77.693,70)**
Provisões/Reversões para Contingências		(97.072,91)	(130.759,52)	19.265,39
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(28.408,89)	(26.843,43)	(96.959,09)
RESULTADO OPERACIONAL		**1.618.811,77**	**3.425.460,69**	**1.772.202,15**
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	**29**	**(2.469,38)**	**(51.048,71)**	**(15.484,88)**
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		**1.616.342,39**	**3.374.411,98**	**1.756.717,27**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**136.288,49**	**(44.280,66)**	**(61.371,28)**
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		85.450,58	(21.987,14)	(30.225,49)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		50.837,91	(22.293,52)	(31.145,79)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		**1.752.630,88**	**3.330.131,32**	**1.695.345,99**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO SICOOB COOPJUS LTDA.
SICOOB COOPJUS
CNPJ: 25.363.615/0001-03
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Em Reais

	Notas	2 º Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		**1.752.630,88**	**3.330.131,32**	**1.695.345,99**
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		**-**	**-**	**-**
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		**1.752.630,88**	**3.330.131,32**	**1.695.345,99**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO SICOOB COOPJUS LTDA.
SICOOB COOPJUS
CNPJ: 25.363.615/0001-03
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em Reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	RESERVAS PARA EXPANSÃO	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2021		**40.001.611,65**	**(58.123,06)**	**25.336.010,52**	**1.222.924,20**	**-**	**3.499.590,01**	**70.002.013,32**
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:								
Constituição de Reservas		-	-	1.223.619,91	-	475.970,10	(1.699.590,01)	-
Distribuição de sobras para associados		13.249,29	-	-	-	-	(1.800.000,00)	(1.786.750,71)
Movimentação de Capital:								
Por Subscrição/Realização		1.706.336,61	(19.238,92)	-	-	-	-	1.687.097,69
Por Devolução (-)		(1.861.530,84)	-	-	-	-	-	(1.861.530,84)
Estorno de Capital		(720,00)	-	-	-	-	-	(720,00)
Reversão/Realização de Reservas		**-**	**-**		**-**	**(475.970,10)**	**475.970,10**	**-**
Reversão/Realização de Fundos		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**370.901,83**	**370.901,83**
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juro		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.695.345,99**	**1.695.345,99**
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:								
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	(234.256,97)	(234.256,97)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		231.032,47	-	-	-	-	-	231.032,47
Destinações das Sobras do Período:								
Fundo de Reserva		-	-	847.955,03	-	-	(847.955,03)	-
Outras Destinações das Sobras do Período		-	-	-	169.591,01	-	(169.591,01)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	-	-	(84.795,50)	(84.795,50)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	-	-	(136.080,80)	(136.080,80)
Saldos em 31/12/2022		**40.089.979,18**	**(77.361,98)**	**27.407.585,46**	**1.392.515,21**	**-**	**1.069.538,61**	**69.882.256,48**
Saldos em 31/12/2022		**40.089.979,18**	**(77.361,98)**	**27.407.585,46**	**1.392.515,21**	**-**	**1.069.538,61**	**69.882.256,48**
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:								
Constituição de Reservas		-	-	440.522,15	-	402.700,00	(843.222,15)	
Distribuição de sobras para associados		647,93	-	-	-	-	(226.316,46)	(225.668,53)
Outros Eventos/Reservas				1.247,08				1.247,08
Movimentação de Capital:								
Por Subscrição/Realização		1.894.214,41	(45.942,21)	-	-	-	-	1.848.272,20
Por Devolução (-)		(2.436.076,24)	-	-	-	-	-	(2.436.076,24)
Estorno de Capital		(15.441,22)	-	-	-	-	-	(15.441,22)
Reversão/Realização de Reservas		**-**	**-**	**-**	**-**	**(35.587,86)**	**31.266,42**	**(4.321,44)**
Reversão/Realização de Fundos		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**569.310,10**	**569.310,10**
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.330.131,32**	**3.330.131,32**
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:								
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	(492.812,56)	(492.812,56)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		480.179,10	-	-	-	-	-	480.179,10
Destinações das Sobras do Período:								
Fundo de Reserva		-	-	1.703.314,43	-	-	(1.703.314,43)	-
Outras Destinações das Sobras do Período		-	-	-	340.662,89	-	(340.662,89)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	-	-	(170.331,44)	(170.331,44)
Saldos em 31/12/2023		**40.013.503,16**	**(123.304,19)**	**29.552.669,12**	**1.733.178,10**	**367.112,14**	**1.223.586,52**	**72.766.744,85**
Saldos em 30/06/2023		**40.149.350,59**	**(100.317,47)**	**27.849.354,69**	**1.392.515,21**	**385.988,32**	**1.340.830,09**	**71.017.721,43**
Movimentação de Capital:								
Por Subscrição/Realização		972.600,62	(22.986,72)	-	-	-	-	949.613,90
Por Devolução (-)		(1.573.205,93)	-	-	-	-	-	(1.573.205,93)
Estorno de Capital		(15.421,22)	-	-	-	-	-	(15.421,22)
Reversão/Realização de Reservas		**-**	**-**	**-**	**-**	**(18.876,18)**	**14.554,74**	**(4.321,44)**
Reversão/Realização de Fundos		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**569.310,10**	**569.310,10**
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.752.630,88**	**1.752.630,88**
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:								
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	(239.430,53)	(239.430,53)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		480.179,10	-	-	-	-	-	480.179,10
Destinações das Sobras do Período:								
Fundo de Reserva		-	-	1.703.314,43	-	-	(1.703.314,43)	-
Outras Destinações das Sobras do Período		-	-	-	340.662,89	-	(340.662,89)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	-	-	(170.331,44)	(170.331,44)
Saldos em 31/12/2023		**40.013.503,16**	**(123.304,19)**	**29.552.669,12**	**1.733.178,10**	**367.112,14**	**1.223.586,52**	**72.766.744,85**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO SICOOB COOPJUS LTDA.
SICOOB COOPJUS
CNPJ: 25.363.615/0001-03
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Em Reais

	Notas	2 º Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		**1.616.342,39**	**3.374.411,98**	**1.756.717,27**
Distribuição de Sobras e Dividendos - Invest. Aval. Custo		-	(576.989,02)	(63.917,60)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	20	1.776.463,79	3.667.597,54	2.207.513,27
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	28	28.408,89	26.843,43	96.959,09
Provisões/Reversões para Contingências	28	97.072,91	130.759,52	(19.265,39)
Atualização de Depósitos em Garantia	26	(67.312,78)	(96.119,78)	-
Depreciações e Amortizações	24	197.412,67	372.928,14	348.559,30
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		**3.648.387,87**	**6.899.431,81**	**4.326.565,94**
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais				
Operações de Crédito		7.031.391,63	4.101.613,46	(9.044.197,08)
Outros Ativos Financeiros		(522.330,59)	(1.518.623,51)	(1.071.743,08)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		336.273,26	330.260,39	62.180,36
Outros Ativos		205.708,84	(8.837,32)	(86.726,82)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais				
Depósitos à Vista		1.675.912,92	2.663.310,83	(6.281.275,63)
Depósitos a Prazo		5.378.845,45	8.660.793,53	22.630.601,11
Outros Passivos Financeiros		(48.931,76)	(9.300,97)	(16.802,39)
Provisões		89.442,73	(51.653,85)	327.390,39
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		102.468,22	67.159,68	65.187,05
Outros Passivos		(265.450,71)	172.813,15	(256.930,20)
FATES - Atos Cooperativos		(170.331,44)	(170.331,44)	(84.795,50)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	(136.080,80)
Reversão/Realização de Fundos		569.310,10	569.310,10	370.901,83
Imposto de Renda Pago		(5.380,70)	(24.792,19)	(27.420,44)
Contribuição Social Pago		(9.401,14)	(32.773,98)	(20.665,33)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		**18.015.914,68**	**21.648.379,69**	**10.756.189,41**
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Dividendos Recebidos - Invest. Aval. Custo		-	120.182,56	63.917,60
Distribuição de Sobras da Central Recebidos - Invest. Aval. Custo		-	456.806,46	-
Aquisição de Intangível		(2.799,00)	(4.638,49)	(8.099,82)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(15.098,95)	23.817,74	(111.094,62)
Aquisição de Investimentos		-	(456.806,46)	(551.490,27)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		**(17.897,95)**	**139.361,81**	**(606.767,11)**
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		949.613,90	1.848.272,20	1.687.097,69
Devolução de Capital aos Cooperados		(1.573.205,93)	(2.436.076,24)	(1.861.530,84)
Estorno de Capital		(15.421,22)	(15.441,22)	(720,00)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago		-	(225.668,53)	(1.786.750,71)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		480.179,10	480.179,10	231.032,47
Outros Ajustes		(4.321,44)	(4.321,44)	-
Outros Eventos/Reservas			1.247,08	
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		**(163.155,59)**	**(351.809,05)**	**(1.730.871,39)**
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**17.834.861,14**	**21.435.932,45**	**8.418.550,91**
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Ínicio do Período	4	69.267.117,27	65.666.045,96	57.247.495,05
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	87.101.978,41	87.101.978,41	65.666.045,96
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		**17.834.861,14**	**21.435.932,45**	**8.418.550,91**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO SICOOB COOPJUS LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em Reais (R$)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO SICOOB COOPJUS LTDA.**, doravante denominado **SICOOB COOPJUS**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em **28/05/1988**, filiada à **CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE – SICOOB CENTRAL CECREMGE** e componente da **Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.434/2015 e 5.051/2022, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN n° 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB COOPJUS, sediado à **AVENIDA GETÚLIO VARGAS, N° 258, FUNCIONÁRIOS, BELO HORIZONTE - MG**, possui: 4 Postos de Atendimento (PAs), nas seguintes localidades: POSTO DE ATENDIMENTO TRF-CONTRATO DE CESSÃO DE USO T.R.F, POSTO DE ATENDIMENTO T.R.E-LOCAÇÃO DE ESPAÇO T.R.E, POSTO DE ATENDIMENTO DIGITAL GV 15, POSTO DE ATENDIMENTO BARRO PRETO-SALA 810.

O SICOOB COOPJUS tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

(i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pelas Leis Complementares nº 130/2009 e 196/2022; e normas emanadas pelo BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.747/2019, Resolução CMN nº 4.818/2020, Resolução BCB nº 2/2020 e Resolução CMN nº 4.924/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 00 (R2), 01 (R1), 03 (R2), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 28, 33 (R1), 41, 46 e 47. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 04/03/2024.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2023:

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

Em complemento, a **Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022:** a norma revogou a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais.

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025 estão sendo estudados e, gradualmente, aplicados previamente mediante identificação de evoluções sistêmicas necessárias para minimizar a implicação operacional dos efeitos de transição. Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados pelo órgão nos seguintes normativos:

i) Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022: trata da estrutura do elenco de contas do Cosif;

ii) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Cosif; e

iii) Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023: define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do Cosif.;

iv) Instrução Normativa BCB n° 426 de 1/12/2023: define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Resolução BCB n° 352/23, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023, estabelecendo procedimentos contábeis sobre: a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

A avaliação dos impactos nos sistemas operacionais está em andamento com desenvolvimentos sistêmicos, cuja análise está em paralelo aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A seguir o resumo dos Planos de Implementação das entidades integrantes do Sicoob impactadas pela norma:

• **Fase 1 - Avaliação (2022):** Englobou atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

• **Fase 2 - Desenho (2023):** Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.

• **Fase 3 – Desenvolvimento (2023/2024):** Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “DE-PARA” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

• **Fase 4 – Testes e Homologações (2024):** Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

• **Fase 5 – Atividades de transição (2024):** Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

• **Fase 6 – Adoção inicial (1º. de janeiro de 2025):** Adoção efetiva da Resolução CMN 4.966/2021.

Durante a execução da Fase 1, dos planos de implantação, foram mapeados os seguintes principais impactos que foram considerados na definição das atividades que serão executadas nas demais fases da implantação:

• **Requerimentos de classificação:** determinação da classificação dos ativos financeiros nas categorias Custo Amortizado, Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo no Resultado (VJR), considerando o modelo de negócios utilizado no gerenciamento dos ativos financeiros e as características de seus fluxos de caixa contratuais (teste de SPPJ).

• **Requerimentos de reconhecimento e mensuração iniciais:** reconhecimento dos instrumentos financeiros líquidos de custos e receitas de originação.

• **Mensuração subsequente:** novas formas de mensuração dos instrumentos financeiros após o reconhecimento inicial, considerando a apropriação de juros pela taxa efetiva de juros, a suspensão de apropriação de juros de ativos financeiros com problema de recuperação de crédito e a nova metodologia de mensuração de operações renegociadas e reestruturadas.

• **Reconhecimento e mensuração do produto câmbio:** deixará de ser tratado com contabilidade apartada e com eventos específicos e passará a ser tratado como um instrumento financeiro passível de avaliação do modelo de negócio e características de fluxo de caixa, mensuração subsequente conforme a classificação em que for inserido.

• **Perdas esperadas:** a mensuração das perdas esperadas de crédito requer o uso de modelos complexos e pressupostos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. O desenvolvimento destes cálculos traz um impacto significativo, considerando a necessidade de levantamento de bases históricas consistentes, organização dos dados e clusterização da carteira, desenvolvimento de modelos estatísticos de perdas esperadas e implantação dos códigos de modelagem em ambiente produtivo, além de todas as mudanças necessárias nos reportes regulatórios.

• **Disposições transitórias:** serão realizados estudos e discussões para definir a estratégia de transição, incluindo o estabelecimento do processo de recálculo dos saldos de 31/12/2024, conforme os critérios da Resolução CMN 4966/2021 e da Resolução 352/2023, que permitam a realização de ajuste de partida da implantação da nova regra em 1º/1/2025.

Durante a execução da Fase 2 - Desenho (2023): foram discutidos os cenários de soluções e arquitetura sistêmica com mudanças em processos de integrações, estando em andamento a revisão final das especificações para alterações dentro dos sistemas legados e construções de motores para cálculos.

Em complemento, a **Resolução CMN nº 5.101, de 24 de agosto de 2023,** altera a Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. De acordo com CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei n° 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira é composta pelas Participações de Cooperativas, Títulos e Valores Mobiliários e Cédula de Produto Rural.

As Participações de Cooperativas são registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários é composta ainda, por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado. (se aplicável)

As Cédulas de Produto Rural (CPRs) são importantes fontes de financiamento para os produtores rurais, precisam ser registradas ou depositadas em instituições autorizadas pelo Banco Central (BC).

É um título de crédito emitido por produtores rurais, cooperativas e associações, com a finalidade de captação de recursos para produção ou empreendimento, com aval de uma instituição financeira, podem ser:

a) CPR física: o produtor vende antecipadamente parte de sua produção;

b) CPR financeira: o produtor antecipa recurso e se compromete a resgatar financeiramente.

O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é mensurado a partir da curva de juros, baseado nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3 e nos spreads de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação.

Para realização da provisão de desvalorização da CPR são utilizadas as métricas de cálculo da Resolução CMN 2.682/99, considerando o nível de risco e dias de atraso.

e) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

f) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução, a Resolução CMN nº 4.747/2019 determina a segregação dos ativos não financeiros mantidos para venda em próprios e recebidos de terceiros. A mensuração do valor contábil e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nª 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

m) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "*pro rata die"*.

n) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

o) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

p) Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes são reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

q) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não Associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com Associados não tem incidência de tributação.

r) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *"impairment"*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

t) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

u) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

v) Instrumentos Financeiros

O SICOOB COOPJUS opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações com característica de crédito, operações de câmbio, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses, dentre outros.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

w) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

• Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e depósitos bancários	392.651,65	276.039,03
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	86.709.326,76	65.390.006,93
TOTAL	**87.101.978,41**	**65.666.045,96**

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE como determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 31 de dezembro de 2023 e de 2022, registrados em contrapartida à receita de "Ingressos de Depósitos Intercooperativos", foram respectivamente:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos da Centralização Financeira	4.407.573,73	8.632.779,02	5.943.630,22

5. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, títulos e valores mobiliários estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Participação em Cooperativa Central de Crédito (a)	-	8.131.864,27	8.131.864,27	7.675.057,81	-	7.675.057,81
Participação em Instituição Financeira Controlada Por Cooperativa de Crédito	-	731.397,15	731.397,15	731.397,15	-	731.397,15
TOTAL DE PARTICIPAÇÕES DE COOPERATIVAS	**-**	**8.863.261,42**	**8.863.261,42**	**8.406.454,96**	**-**	**8.406.454,96**
TOTAL	**-**	**8.863.261,42**	**8.863.261,42**	**8.406.454,96**	**-**	**8.406.454,96**

(a) Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN n° 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 1/4/2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das "Atividades de Investimento", tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	30.063.971,06	107.110.913,51	**137.174.884,57**	29.211.000,29	113.076.016,81	**142.287.017,10**
Financiamentos	452.347,59	776.085,22	**1.228.432,81**	467.983,39	1.245.259,15	**1.713.242,54**
Total de Operações de Crédito	**30.516.318,65**	**107.886.998,73**	**138.403.317,38**	**29.678.983,68**	**114.321.275,96**	**144.000.259,64**
(-) Provisões para Operações de Crédito	(1.623.733,97)	(2.003.315,62)	**(3.627.049,59)**	(1.077.767,40)	(1.333.131,94)	**(2.410.899,34)**
TOTAL	**28.892.584,68**	**105.883.683,11**	**134.776.267,79**	**28.601.216,28**	**112.988.144,02**	**141.589.360,30**

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
AA	-	Normal	63.951.556,27	60.006,88	64.011.563,15		65.705.468,39	
A	0,5%	Normal	38.701.121,05	450.756,58	39.151.877,63	(195.759,39)	49.145.736,91	(245.728,68)
B	1%	Normal	10.792.130,73	230.842,45	11.022.973,18	(110.229,73)	10.730.948,00	(107.309,48)
B	1%	Vencidas	121.681,52	-	121.681,52	(1.216,82)	13.474,09	(134,74)
C	3%	Normal	17.886.178,05	71.440,95	17.957.619,00	(538.728,57)	14.339.197,53	(430.175,93)
C	3%	Vencidas	628.415,68	-	628.415,68	(18.852,47)	269.682,66	(8.090,48)
D	10%	Normal	1.309.996,50	167.750,32	1.477.746,82	(147.774,68)	1.512.618,70	(151.262,24)
D	10%	Vencidas	187.611,30	-	187.611,30	(18.761,13)	263.755,52	(26.375,55)
E	30%	Normal	387.510,67	106.987,04	494.497,71	(148.349,31)	116.811,36	(35.043,41)
E	30%	Vencidas	322.008,31	-	322.008,31	(96.602,49)	132.074,16	(39.622,25)
F	50%	Normal	704.491,00	29.811,63	734.302,63	(367.151,32)	383.146,35	(191.573,18)
F	50%	Vencidas	492.411,76	5.746,93	498.158,69	(249.079,35)	249.576,20	(124.788,10)
G	70%	Normal	18.386,74	-	18.386,74	(12.870,72)	63.077,70	(44.154,39)
G	70%	Vencidas	161.623,40	21.048,71	182.672,11	(127.870,70)	226.837,19	(158.786,03)
H	100%	Normal	407.716,17	68.968,05	476.684,22	(476.684,22)	291.965,32	(291.965,32)
H	100%	Vencidas	1.102.045,42	15.073,27	1.117.118,69	(1.117.118,69)	555.889,56	(555.889,56)
Total Normal			**134.159.087,18**	**1.186.563,90**	**135.345.651,08**	**(1.997.547,94)**	**142.288.970,26**	**(1.497.212,63)**
Total Vencidos			**3.015.797,39**	**41.868,91**	**3.057.666,30**	**(1.629.501,65)**	**1.711.289,38**	**(913.686,71)**
Total Geral			**137.174.884,57**	**1.228.432,81**	**138.403.317,38**	**(3.627.049,59)**	**144.000.259,64**	**(2.410.899,34)**
Provisões			**(3.454.918,33)**	**(172.131,26)**	**(3.627.049,59)**		**(2.410.899,34)**	
Total Líquido			**133.719.966,24**	**1.056.301,55**	**134.776.267,79**		**141.589.360,30**	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e Títulos Descontados	10.472.866,12	19.591.104,94	107.110.913,51	137.174.884,57	142.287.017,10
Financiamentos	116.003,12	336.344,47	776.085,22	1.228.432,81	1.713.242,54
TOTAL	**10.588.869,24**	**19.927.449,41**	**107.886.998,73**	**138.403.317,38**	**144.000.259,64**

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	% da Carteira	31/12/2023	31/12/2022
Setor Privado - Comércio	20.127,87	-	**0,01%**	20.127,87	-
Setor Privado - Serviços	571.713,11	219.685,52	**0,57%**	791.398,63	1.072.461,09
Pessoa Física	136.583.043,59	1.008.747,29	**99,41%**	137.591.790,88	142.927.798,55
TOTAL	**137.174.884,57**	**1.228.432,81**	**100,00%**	**138.403.317,38**	**144.000.259,64**

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**(2.410.899,34)**	**(1.213.473,61)**
Constituições/Reversões no período	(2.711.731,61)	(1.782.473,66)
Transferência para prejuízo no período	1.495.581,36	585.047,93
Saldo Final	**(3.627.049,59)**	**(2.410.899,34)**

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Devedor	553.023,80	0,40%	598.442,45	0,41%
10 Maiores Devedores	5.084.944,41	3,66%	5.424.743,24	3,76%
50 Maiores Devedores	20.289.535,28	14,57%	21.582.767,30	14,96%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**2.069.454,38**	**1.235.106,37**
Valor das operações transferidas no período	1.955.328,29	902.069,49
Valor das operações recuperadas no período	(263.882,55)	(66.570,57)
Valor das operações renegociadas no período	(8.422,66)	(1.150,91)
Saldo Final	**3.752.477,46**	**2.069.454,38**

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

h) Operações renegociadas:

Em conformidade com a Resolução no 2.682/99 (CMN), artigo 11, III, os montantes de operações renegociadas no exercício de 2023 totalizaram R$ 3.798.607,43, são decorrentes de operações de crédito consignado, crédito rural e empréstimos.

7. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	1.025.879,98	-	1.025.879,98	432.792,23	-	432.792,23
Rendas a Receber (b)	1.085.401,94	-	1.085.401,94	678.068,30	-	678.068,30
Títulos e Créditos a Receber (c)	16.003,80	-	16.003,80	4.791,53	-	4.791,53
Devedores por Depósitos em Garantia (d)	-	3.203.892,45	3.203.892,45	3.060.549,15	-	3.060.549,15
TOTAL	**2.127.285,72**	**3.203.892,45**	**5.331.178,17**	**4.176.201,21**	**-**	**4.176.201,21**

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas de Convênios	4.341,43	-	4.341,43	5.883,01	-	5.883,01
Rendas de Cartões	330.004,29	-	330.004,29	-	-	-
Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central	742.674,88	-	742.674,88	659.501,28	-	659.501,28
Rendas de Domicílio Bancário	2.307,91	-	2.307,91	-	-	-
Rendas de Poupança	3.723,59	-	3.723,59	-	-	-
Rendas de Transações Interfinanceiras	2.349,84	-	2.349,84	12.684,01	-	12.684,01
TOTAL	**1.085.401,94**	**-**	**1.085.401,94**	**678.068,30**	**-**	**678.068,30**

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R$ 14.803,60); e Valores A Receber - Aluguel Sipag 2.0(R$ 1.200,20);

(d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pis	-	389.031,42	389.031,42	375.621,99	-	375.621,99
Pis Folha	-	370.996,29	370.996,29	313.044,54	-	313.044,54
COFINS	-	1.634.644,66	1.634.644,66	1.577.044,25	-	1.577.044,25
Interposição de Recursos Fiscais	-	221.170,02	221.170,02	210.783,92	-	210.783,92
Outros Devedores por Depósitos em Garantia	-	588.050,06	588.050,06	584.054,45	-	584.054,45
TOTAL	**-**	**3.203.892,45**	**3.203.892,45**	**3.060.549,15**	**-**	**3.060.549,15**

7.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões para Avais e Fianças Honrados (b)	(771.305,64)	-	(771.305,64)	(274.953,48)	-	(274.953,48)
TOTAL	**(771.305,64)**	**-**	**(771.305,64)**	**(274.953,48)**	**-**	**(274.953,48)**

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
E	30%	Normal	57,31	57,31	(17,19)	42.839,83	(12.851,96)
E	30%	Vencidas	230.836,02	230.836,02	(69.250,81)	119.463,75	(35.839,13)
F	50%	Normal	79.333,51	79.333,51	(39.666,76)	21.859,66	(10.929,83)
F	50%	Vencidas	88.977,99	88.977,99	(44.489,00)	48.978,70	(24.489,35)
G	70%	Vencidas	29.310,92	29.310,92	(20.517,64)	29.356,95	(20.549,87)
H	100%	Vencidas	597.364,23	597.364,23	(597.364,23)	170.293,34	(170.293,34)
Total Normal			**79.390,82**	**79.390,82**	**(39.683,95)**	**64.699,49**	**(23.781,79)**
Total Vencidos			**946.489,16**	**946.489,16**	**(731.621,68)**	**368.092,74**	**(251.171,69)**
Total Geral			**1.025.879,98**	**1.025.879,98**	**(771.305,63)**	**432.792,23**	**(274.953,48)**
Provisões			**(771.305,62)**	**(771.305,62)**		**(274.953,48)**	
Total Líquido			**254.574,36**	**254.574,36**		**157.838,75**	

8. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições a Compensar	58.518,81	-	58.518,81	388.779,20	-	388.779,20
TOTAL	**58.518,81**	**-**	**58.518,81**	**388.779,20**	**-**	**388.779,20**

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.842/2020, os saldos de ativos fiscais, correntes e diferidos de maior relevância tiveram origem nos seguintes processos: Saldo Negativo De IRPJ – Exercícios Anteriores (R$ 17.863,79); Saldo Negativo De CSLL – Exercícios Anteriores (R$ 2.057,32); IRRF Sobre Comissões Intermediação Financeira (R$ 17.742,55); COFINS (R$ 17.222,91); Pis A Compensar (R$ 2.891,47); Ir Retidos (R$ 740,77).

9. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	18.194,94	-	18.194,94	7.732,44	-	7.732,44
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	20.787,59	-	20.787,59	722,77	-	722,77
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	332,69	-	332,69	-	-	-
Devedores Diversos – País (a)	23.353,36	-	23.353,36	92.185,79	-	92.185,79
Material em Estoque	-	-	-	1.298,00	-	1.298,00
Despesas Antecipadas (b)	93.438,92	-	93.438,92	45.331,18	-	45.331,18
TOTAL	**156.107,50**	**-**	**156.107,50**	**147.270,18**	**-**	**147.270,18**

(a) Em Devedores Diversos estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar	23.216,36	-	23.216,36	92.185,66	-	92.185,66
Pendências a Regularizar - Banco Sicoob	10,00	-	10,00	-	-	-
Estoque de Pontos	127,00	-	127,00	-	-	-
Outros Devedores Diversos	-	-	-	0,13	-	0,13
TOTAL	**23.353,36**	**-**	**23.353,36**	**92.185,79**	**-**	**92.185,79**

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

10. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o imobilizado de uso estão assim compostos:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2023	31/12/2022
Terrenos		1.006.800,00	1.006.800,00
Edificações	4%	5.847.444,85	5.847.444,85
Instalações	10%	796.606,84	568.705,65
Móveis e equipamentos de Uso	10%	550.183,46	726.246,25
Sistema de Processamento de Dados	20%	575.410,81	626.902,77
Sistema de Segurança	10%	29.952,94	26.607,68
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		198.308,55	425.138,20
Total de Imobilizado de Uso		**9.004.707,45**	**9.227.845,40**
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(898.068,33)	(794.969,65)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(557.519,32)	(390.969,47)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(879.283,20)	(971.771,14)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(96.755,62)	(121.002,80)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		**(2.431.626,47)**	**(2.278.713,06)**
TOTAL		**6.573.080,98**	**6.949.132,34**

11. Intangível

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o intangível estão assim compostos:

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2023	31/12/2022
Sistemas De Processamento De Dados	20%	115.905,14	113.106,14
Sistemas De Comunicação E De Segurança	20%	89.636,63	88.399,01
Intangível		**205.541,77**	**201.505,15**
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis		(152.257,12)	(132.164,47)
Total de Amortização de ativos Intangíveis		**(152.257,12)**	**(132.164,47)**
TOTAL		**53.284,65**	**69.340,68**

12. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os depósitos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósito à Vista (a)	17.149.315,05	-	17.149.315,05	14.486.004,22	-	14.486.004,22
Depósito a Prazo (b)	143.304.914,19	142.757,76	143.447.671,95	134.141.026,20	645.852,22	134.786.878,42
TOTAL	**160.454.229,24**	**142.757,76**	**160.596.987,00**	**148.627.030,42**	**645.852,22**	**149.272.882,64**

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "*pro rata temporis*"; as remunerações pré-fixadas são

calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em "Dispêndios de captação no mercado".

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Depositante	25.116.220,48	16,01%	20.956.523,70	14,33%
10 Maiores Depositantes	40.351.149,73	25,72%	35.648.267,65	24,38%
50 Maiores Depositantes	68.481.709,70	43,64%	61.440.140,30	42,02%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Depósitos a Prazo	(8.349.316,64)	(16.688.198,20)	(13.353.401,69)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(115.760,80)	(230.367,88)	(202.119,28)
TOTAL	**(8.465.077,44)**	**(16.918.566,08)**	**(13.555.520,97)**

13. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	30,00	-	30,00	0,03	-	0,03
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	238,00	-	238,00	-	-	-
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	20.441,'78	-	20.441,78	30.010,72	-	30.010,72
TOTAL	**20.709,78**	**-**	**20.709,78**	**30.010,75**	**-**	**30.010,75**

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Outros Recursos em Trânsito de Terceiros	30,00	-	-	0,03	-	0,03
TOTAL	**30,00**	**-**	**30,00**	**0,03**	**-**	**0,03**

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Operações de Crédito - IOF	19.962,28	-	19.962,28	29.253,48	-	29.253,48
Estaduais	-	-	-	307,23	-	307,23
Outras Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	479,50	-	479,50	450,01	-	450,01
TOTAL	**20.441,78**	**-**	**20.441,78**	**30.010,72**	**-**	**30.010,72**

14. Provisões

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de provisões estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	275.970,87	32.237,31	308.208,18	273.103,58	8.261,17	281.364,75
Provisão Para Contingências (b)	-	3.152.839,96	3.152.839,96	3.073.734,29	-	3.073.734,29
TOTAL	**275.970,87**	**3.185.077,27**	**3.461.048,14**	**3.346.837,87**	**8.261,17**	**3.355.099,04**

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Coobrigações Prestadas	21.818.429,01	20.119.037,14
TOTAL	**21.818.429,01**	**20.119.037,14**

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS	389.031,42	389.031,42	375.621,99	375.621,99
PIS FOLHA	375.708,63	370.996,29	302.305,19	313.044,54
COFINS	1.634.644,66	1.634.644,66	1.577.044,25	1.577.044,25
Outras Contingências	753.455,25	809.220,08	818.762,86	794.838,37
TOTAL	**3.152.839,96**	**3.203.892,45**	**3.073.734,29**	**3.060.549,15**

b.1) Movimentação das Provisões para Contingências:

Descrição	Cível	Tributário	Total
Saldo em 01 janeiro de 2022	**640.415,34**	**2.125.193,95**	**2.765.609,29**
Reversão da provisão	(25.191,90)		(25.191,90)
Atualização/Constituição durante o exercício	203.539,42	129.777,48	333.316,90
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**818.762,86**	**2.254.971,43**	**3.073.734,29**
Saldo em 01 janeiro de 2023	**818.762,86**	**2.254.971,43**	**3.073.734,29**
Reversão da provisão	(258.212,73)		(258.212,73)
Atualização/Constituição durante o exercício	192.905,12	144.413,28	337.318,40
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**753.455,25**	**2.399.384,71**	**3.152.839,96**

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB COOPJUS, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando **R$ 481.208,27 (em 2022 totalizando R$ 43.326,51)**. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

15. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	-	-	-	13.285,51	-	13.285,51
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	7.662,22	-	7.662,22	5.913,43	-	5.913,43
Impostos e Contribuições sobre Salários	280.192,72	-	280.192,72	268.768,58	-	268.768,58
Outros (a)	109.309,10	-	109.309,10	55.322,35	-	55.322,35
TOTAL	**397.164,04**	**-**	**397.164,04**	**343.289,87**	**-**	**343.289,87**

(a) A seguir, a composição do saldo de outras obrigações fiscais, correntes e diferidas:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
IRRF sobre aplicações financeiras	101.795,54	-	101.795,54	43.088,05	-	43.088,05
ISSQN a recolher	3.932,87	-	3.932,87	6.339,02	-	6.339,02
PIS faturamento a recolher	500,02	-	500,02	824,07	-	824,07
COFINS a recolher	3.080,67	-	3.080,67	5.071,21	-	5.071,21
TOTAL	**109.309,10**	**-**	**109.309,10**	**55.322,35**	**-**	**55.322,35**

16. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de outros passivos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Sociais e Estatutárias (a)	3.535.641,26	-	3.535.641,26	3.031.491,97	-	3.031.491,97
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	56.870,17	-	56.870,17	51.767,33	-	51.767,33
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c)	988.157,43	-	988.157,43	786.624,78	-	786.624,78
Credores Diversos – País (d)	319.049,42	-	319.049,42	364.208,49	-	364.208,49
TOTAL	**4.899.718,28**	**-**	**4.899.718,28**	**4.234.092,57**	**-**	**4.234.092,57**

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para Juros ao Capital Próprio	-	-	-	8.797,89	-	8.797,89
Cotas de Capital a Pagar (a.1)	2.049.517,67	-	2.049.517,67	1.137.591,83	-	1.137.591,83
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.2)	1.486.123,59	-	1.486.123,59	1.885.102,25	-	1.885.102,25
TOTAL	**3.535.641,26**	**-**	**3.535.641,26**	**3.031.491,97**	**-**	**3.031.491,97**

(a.1) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.2) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais

se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de Fates para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada através de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Despesas de Pessoal	700.964,27	-	700.964,27	676.814,43	-	676.814,43
Custos de Transações Interfinanceiras	1.096,33	-	1.096,33	13.930,58	-	13.930,58
Seguro Prestamista	20.516,99	-	20.516,99	55.521,09	-	55.521,09
Despesas com Cartões	186.883,26	-	186.883,26	-	-	-
Valores a Pagar - Domicílio Bancário	1.947,17	-	1.947,17	-	-	-
Segurança e Vigilância	1.296,79	-	1.296,79	-	-	-
Seguro	4.939,29	-	4.939,29	-	-	-
Compensação	2.946,56	-	2.946,56	-	-	-
Aluguéis	7.723,04	-	7.723,04	-	-	-
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	59.843,73	-	59.843,73	40.358,68	-	40.358,68
TOTAL	**988.157,43**	**-**	**988.157,43**	**786.624,78**	**-**	**786.624,78**

(d) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar Banco Sicoob	828,71	-	828,71	18.922,50	-	18.922,50
Valores a Repassar à Cooperativa Central	16.578,01	-	16.578,01	16.888,08	-	16.888,08
Diferença de Caixa	-	-	-	149,72	-	149,72
Créditos de Terceiros	-	-	-	213.270,58	-	213.270,58
Pendências a Regularizar	20,30	-	20,30	113.449,34	-	113.449,34
Valores a Liquidar Consignado	4.005,24	-	4.005,24	-	-	-
Desconto Folha Pgto. - Crédito Consignado	19.129,78	-	19.129,78	-	-	-
Outros Credores Diversos - País	278.487,38-	-	278.507,68	1.528,27	-	1.528,27
TOTAL	**319.049,42**	**-**	**319.049,42**	**364.208,49**	**-**	**364.208,49**

17. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Capital Social	39.890.198,97	40.012.617,20
Quantidade de Cooperados	5.072	4.790

b) Fundo de Reserva

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

b.1) Fundo Voluntário

Conforme resolução 4.872/2020 são destinados aos Fundos Voluntários os recursos que representem obrigações e que sejam destinados a fins específicos, constituídos com as sobras líquidas apuradas no encerramento do exercício social das cooperativas de crédito em Assembleia Geral.

c) Reservas estatutárias – Fundo de Estabilidade

Representada pelas destinações estatutárias das sobras e utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c.1) Reserva de Expansão

A reserva de expansão é constituída por recursos oriundos das sobras anuais brutas da cooperativa, já descontados os valores destinados ao Fundo de Reserva Legal e ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), sendo que, seu percentual e valor é proposto pelo Conselho de Administração e definido em cada Assembleia Geral Ordinária por votação dos cooperados. Os recursos destinam-se: Abertura de novos postos de atendimento, expansão das instalações já existentes, implantação e modernização tecnológica e resultados deficitários reais dos novos postos de atendimento até a data do ponto de equilíbrio ou estabilidade financeira.

c.2) Reserva para Contingências

A reserva para contingências foi deliberada pela Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 2022, constituída pela destinação de parte das sobras de 2021 e possui como finalidade custear possíveis saídas de colaboradores, contratação de serviços jurídicos ou técnicos visando minimizar questionamentos da Receita Federal e outros órgãos governamentais. Essa reserva possui prazo de validade de 4 anos, e o saldo remanescente após esse prazo deverá ser destinado para o Fundo de Reserva.

d) Sobras Acumuladas ou Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **2023** em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2022** da seguinte forma:

- Fundo de Reserva, no valor de R$ 440.522,15;
- Fundo de Expansão, no valor de R$ 402.700,00;
- Conta Capital, no valor de R$ 1.643,43;
- Conta Corrente, no valor de R$ 224.673,03.

e) Destinações Estatutárias e Legais

A seguir, apresentamos as destinações estatutárias e legais, bem como as sobras ou perdas à disposição da Assembleia Geral:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Sobras/Perdas do exercício	**2.837.318,73**	**1.461.089,02**
(-) Lucro decorrente de atos não-cooperativos destinado ao FATES		(136.080,80)
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários (a)	569.310,10	370.901,83
Base de cálculo das destinações	**3.406.628,86**	**1.695.910,05**
(-) Destinação para o Fundo de Reserva (b)	(1.703.314,43)	(847.955,03)
(-) Destinação para o FATES - atos cooperativos (c)	(170.331,44)	(84.795,50)
(-) Destinação para Outras Reservas	(340.662,89)	(169.591,01)
(+) Reversão/Realização de Reservas	31.266,42	475.970,10
Sobras/Perdas à disposição da Assembleia Geral	**1.223.586,52**	**1.069.538,61**

a) Conforme estatuto social da cooperativa, poderão ser canalizados ao Fundo de Reserva, antes da apuração das destinações obrigatórias, as doações sem destinação específica e, a critério do Conselho de Administração, os valores em prejuízo recuperados de exercícios anteriores e outros valores objeto de recuperação, inclusive em decorrência da legislação aplicável. Na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) esse montante foi adicionado a destinação estatutária obrigatória para o Fundo de Reserva, e está apresentado na linha “Destinações das Sobras do Período - Fundo de Reserva”.

b) O Fundo de Reserva é constituído pela destinação estatutária de percentual das sobras, deduzidos a provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES de Ato Não Cooperativo (quando positivo), além de destinações adicionais deliberadas pela AGO. Sua função é reparar perdas e a atender ao desenvolvimento

das atividades da cooperativa. No exercício de 2023 a cooperativa apresentou Perdas, de modo que não houve destinação para esse Fundo.

c) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), sobre a sobras deduzidos a provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e FATES Ato Não Cooperativo, é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa.

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

f) Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa remunerou os juros ao capital próprio ao associado, no percentual de 10% da taxa Selic para o exercício de 2023, no montante de R$ 492.812,56 e em 2022, no montante de R$ 234.256,97. Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei.

18. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receita de prestação de serviços	**1.224.718,87**	1.592.165,22
Despesas específicas de atos não cooperativos	(194.268,45)	(854.264,97)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(343.545,22)	(522.286,40)
Resultado operacional	**686.905,20**	**215.613,85**
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(51.048,71)	(23.659,50)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**635.856,49**	**191.954,35**
(+) Despesas de Juros ao Capital	**-**	234.256,97
IRPJ/CSLL	(44.280,66)	(61.371,28)
Deduções - Res. Sicoob 129/16 e 145/16	(671.455,91)	(228.759,24)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	**(79.880,08)**	**136.080,80**

19. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	18.691,52	36.664,53	13.514,00
Rendas de Empréstimos	11.641.668,86	22.661.568,45	20.028.798,58
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	2.364,48	2.955,56	40,59
Rendas de Financiamentos	105.405,79	230.743,46	178.109,16
Rendas de Créditos Por Avais E Fianças Honrados	19.170,92	21.636,67	-
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	163.680,65	402.424,42	244.822,45
TOTAL	**11.950.982,22**	**23.355.993,09**	**20.465.284,78**

20. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas De Captação	(8.465.077,44)	(16.918.566,08)	(13.555.520,97)
Despesas De Obrigações Por Operações Vinculadas a Cessão	(18,58)	(18,58)	-
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	**(1.776.463,79)**	**(3.667.597,54)**	**(2.207.513,27)**
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	641.613,06	1.140.726,81	659.897,81
Reversões de Provisões para Outros Créditos	126.663,45	139.670,76	58.765,92
Provisões para Operações de Crédito	(2.010.014,92)	(3.852.205,86)	(2.441.571,51)
Provisões para Outros Créditos	(534.725,38)	(1.095.789,25)	(484.605,49)
TOTAL	**(10.241.559,81)**	**(20.586.182,20)**	**(15.763.034,24)**

21. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Cobrança	18.445,59	40.522,66	49.083,35
Rendas por Serviços de Pagamento (a)	992.832,49	1.458.673,02	-
Rendas de Convênios	11.268,35	138.515,69	112.353,92
Rendas de Comissão	400.026,15	751.036,55	264.693,78
Rendas de Credenciamento	67,71	67,71	-
Rendas de Cartões	278.312,20	689.153,90	731.598,34
Rendas de Outros Serviços	15.639,53	50.933,04	129.929,74
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento (a)	15.055,11	17.360,39	-
TOTAL	**1.731.647,13**	**3.146.262,96**	**1.287.659,13**

(a) No exercício de 2023, embasadas pela Resolução CGOA nº 4/2022 e pela Resolução CMN nº 5.051/2022, as cooperativas do Sicoob passaram a ser coparticipantes do modelo de negócio de emissão de cartões junto com o Banco Sicoob. Dessa forma, o Banco Sicoob e as cooperativas passaram a compartilham as receitas, os custos e as despesas da operação de emissão. Essa alteração no modelo de negócios, resultou em variações nas receitas e despesas da Cooperativa, em comparação ao ano anterior.

22. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	14.690,40	29.333,00	-
Rendas de Serviços Prioritários - PF	47.478,40	79.945,10	58.584,70
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	5.672,60	10.902,33	7.903,55
TOTAL	**67.841,40**	**120.180,43**	**66.488,25**

23. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(147.000,00)	(393.000,00)	(577.500,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(604.878,45)	(1.025.839,36)	(324.023,14)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(479.598,57)	(908.383,94)	(900.182,85)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(721.313,68)	(1.460.502,48)	(1.369.890,32)
Despesas de Pessoal - Proventos	(1.762.734,25)	(3.407.815,34)	(3.420.375,60)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(7.520,00)	(13.680,00)	(19.618,36)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(24.538,41)	(43.235,23)	(38.382,13)
TOTAL	**(3.747.583,36)**	**(7.252.456,35)**	**(6.649.972,40)**

24. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Água, Energia e Gás	(20.343,96)	(38.153,83)	(33.554,77)
Despesas de Aluguéis	(90.723,46)	(193.080,89)	(184.517,34)
Despesas de Comunicações	(83.568,11)	(188.787,58)	(216.046,65)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(62.748,81)	(84.444,31)	(31.367,88)
Despesas de Material	(16.181,09)	(39.815,76)	(47.716,14)
Despesas de Processamento de Dados	(178.769,19)	(268.358,56)	(52.518,05)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(7.550,65)	(10.250,64)	(7.060,27)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(7.474,86)	(14.287,72)	(59.350,00)
Despesas de Seguros	(24.018,39)	(36.258,67)	(26.381,60)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(358.271,75)	(878.716,41)	(1.042.354,58)
Despesas de Serviços de Terceiros	(67.513,68)	(143.234,95)	(155.420,29)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(69.368,66)	(142.455,61)	(136.175,90)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(248.479,07)	(523.490,98)	(528.973,00)
Despesas de Transporte	(33.455,29)	(69.542,89)	(62.816,98)
Despesas de Viagem ao Exterior	-	-	(5.880,35)
Despesas de Viagem no País	(525,72)	(3.760,11)	-
Despesas de Depreciação/Amortização	(197.412,67)	(372.928,14)	(348.559,30)
Outras Despesas Administrativas	(467.749,00)	(947.301,18)	(911.556,67)
TOTAL	**(1.934.154,36)**	**(3.954.868,23)**	**(3.850.249,77)**

a) Os saldos das Outras Despesas Administrativas estão compostos:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Condomínio	(70.508,95)	(124.850,95)	(96.585,47)
Contribuição sindical patronal	-	(50.132,71)	(147.374,09)
Emolumentos judiciais e cartorários	(19.698,21)	(29.477,55)	(9.828,12)
Copa/cozinha	(3.808,43)	(4.193,70)	-
Lanches e refeições	(9.256,52)	(16.800,60)	(8.691,91)
Uniformes e vestuários	(1.599,00)	(11.665,00)	(17.525,00)
Contribuição a OCE	(74.232,72)	(95.442,06)	-
Taxas da junta comercial	-	(738,22)	-
Impostos e taxas	-	(1.138,33)	(1.264,62)
Medicamentos	(27,98)	(27,98)	-
Mensalidades diversas	(60.336,60)	(70.031,90)	-
Rateio de despesas da Central	(101.357,67)	(204.063,46)	(426.608,11)
Ações judiciais	(18.451,39)	(24.721,17)	-
Rateio de despesa do Sicoob Conf.	-	(9.695,30)	-
Contribuição confederativa	(25.399,70)	(27.409,21)	-
Alocação de despesas - Central	-	(102.750,48)	(96.177,23)
Desp. Centro de serv. Compart. - CCS	(69.122,22)	(83.925,50)	-
Outras despesas administrativas	(13.949,61)	(90.237,06)	(107.502,12)
TOTAL	**(467.749,00)**	**(947.301,18)**	**(911.556,67)**

25. Dispêndios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas Tributárias	(31.237,23)	(67.523,84)	(61.496,34)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(21.260,39)	(61.079,60)	(62.808,20)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(17.013,91)	(48.862,45)	(50.246,55)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(2.764,77)	(16.235,30)	(41.462,84)
TOTAL	**(72.276,30)**	**(193.701,19)**	**(216.013,93)**

26. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Recuperação de Encargos e Despesas	54.288,89	79.295,13	8.782,27
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	8.797,89	8.797,89	-
Dividendos	-	120.182,56	63.917,60
Distribuição de sobras da central	-	456.806,46	-
Atualização depósitos judiciais	67.312,78	96.119,78	-
Outras rendas operacionais	90.673,27	130.762,85	63.608,19
Rendas oriundas de cartões de crédito e Adquirência	741.589,02	1.499.241,75	1.021.063,75
TOTAL	**962.661,85**	**2.391.206,42**	**1.157.371,81**

27. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Outras Despesas Operacionais	(110.555,10)	(187.869,31)	(201.542,44)
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento (a)	(893.785,35)	(1.300.039,61)	-
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(8.036,00)	(12.042,68)	(2.404,10)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(1.585,14)	(3.644,25)	(16.419,63)
Perdas - Fraudes Externas	(1.753,95)	(1.753,95)	-
Perdas - Práticas Inadequadas	(1.041,25)	(1.082,68)	-
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(407,73)	(407,73)	-
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(363.674,41)	(569.310,10)	(370.901,83)
TOTAL	**(1.380.838,93)**	**(2.076.150,31)**	**(591.268,00)**

(a) A variação apresentada nas Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento se deve a alteração no modelo de negócios de emissões de cartões, conforme nota explicativa nº 21(a).

28. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Provisões/Reversões para Contingências	**(97.072,91)**	**(130.759,52)**	**19.265,39**
Provisões para Contingências	(97.072,91)	(130.759,52)	-
Reversões de Provisões para Contingências	-	-	19.265,39
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	**(28.408,89)**	**(26.843,43)**	**(96.959,09)**
Provisões para Garantias Prestadas	(204.678,22)	(381.945,44)	(333.694,69)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	176.269,33	355.102,01	236.735,60
TOTAL	**(125.481,80)**	**(157.602,95)**	**(77.693,70)**

29. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Ganhos de Capital	16.598,66	16.598,66	4.087,31
Rendas de Aluguéis	7.722,67	9.770,83	-
Provisões/Reversões Não Operacionais			
(-) Perdas de Capital	(26.790,71)	(77.418,20)	(19.572,19)
TOTAL	**(2.469,38)**	**(51.048,71)**	**(15.484,88)**

30. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2023 e 2022.

31. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

31.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas liberadas e de operações passivas captadas no exercício de 2023:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	19.093,01	0,0476%	266,23
TOTAL	**19.093,01**	0,0476%	**266,23**
Montante das Operações Passivas	4.167.264,95	4,5391%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2023	
Empréstimos e Financiamentos	0,0476%
Aplicações Financeiras	4,2622%

b) Montante total das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2023:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	953,86	4,77	0,0426%
Conta Garantida	545,29	5,45	0,5612%
Empréstimos	294.078,10	301,35	0,2182%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	123.791,85	0,7276%	-
Depósitos a Prazo	5.199.150,28	3,6244%	0,9421%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, entre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Empréstimos	1,5436%	52,16
Aplicação Financeira - Pré Fixada	1,0165%	11,47
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	92,0055%	60,85

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	599,21

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2023	31/12/2022
Beneficiários de Outras Coobrigações	417.593,36	228.311,58

f) Remuneração de pessoal chave da administração

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
INSS Diretoria/Conselheiros	(148.582,32)	(193.693,40)	-
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(604.878,45)	(1.025.839,36)	(324.023,14)
F.G.T.S. Diretoria	(4.339,63)	(4.339,63)	-

31.2 Cooperativa Central

O SICOOB COOPJUS, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiado ao SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL CECREMGE a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB COOPJUS responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CECREMGE:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira – Nota 4	86.709.326,76	65.390.006,93
Ativo - Participações de Cooperativas – Nota 5	8.131.864,27	7.675.057,81
Total das Operações Ativas	**94.841.191,03**	**73.065.064,74**

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CECREMGE:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4.407.573,73	8.632.779,02	5.943.630,22
Total das Receitas	**4.407.573,73**	**8.632.779,02**	**5.943.630,22**
Rateio de Despesas da Central	(101.357,67)	(204.063,46)	(426.608,11)
Alocação de Despesa da Central	-	(102.750,48)	(96.177,23)
Total das Despesas	**(101.357,67)**	**(306.813,94)**	**(522.785,34)**

32. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de referência (PR)	67.545.450,65	65.314.885,02
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	161.746.442,80	161.361.925,15
Índice de Basiléia (mínimo 12%) %	41,76	40,48
Imobilizado para cálculo do limite	6.573.080,98	6.949.132,34
Índice de imobilização (limite 50%) %	9,73	10,64

33. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A *Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos* e a *Política Institucional de Gerenciamento de Capital*, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

33.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

33.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;

b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;

c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;

d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;

e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;

f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;

g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;

h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;

i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;

j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;

l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;

m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;

n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

33.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado* e do *Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;

b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;

b) os limites máximos do risco de mercado;

c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;

d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;

f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);

g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;

h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;

i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);

j) resultado dos testes de estresse.

33.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

33.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a *Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)* na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

33.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência. Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições.

33.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;

b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;

c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;

d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;

e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os *Planos de Continuidade de Negócios* são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

33.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bienalmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

As responsabilidades sobre o risco cibernético são divididas da seguinte forma:

a) Gerência de Risco Cibernético: responsável pela estrutura centralizada de gestão do risco cibernético das entidades do Sicoob;

b) Segurança Cibernética e Segurança da Informação: Garantir, em conjunto com a área de Riscos Cibernéticos, a identificação, avaliação e tratamento adequado dos riscos cibernéticos. Adicionalmente, desenvolver e manter atualizado um plano de resposta a incidentes cibernéticos;

c) Superintendência de Gestão Integrada de Riscos: supervisionará as atividades de gestão do risco cibernético e revisará periodicamente a eficácia das medidas implementadas;

d) Diretoria Executiva: patrocinar a estrutura de gerenciamento do risco cibernético, possibilitando a avaliação tempestiva de impactos das exposições e a tomada de decisões, pelos gestores das áreas sob suas responsabilidades, em conformidade com as estratégias de tratamento dos riscos.

34. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

BELO HORIZONTE-MG

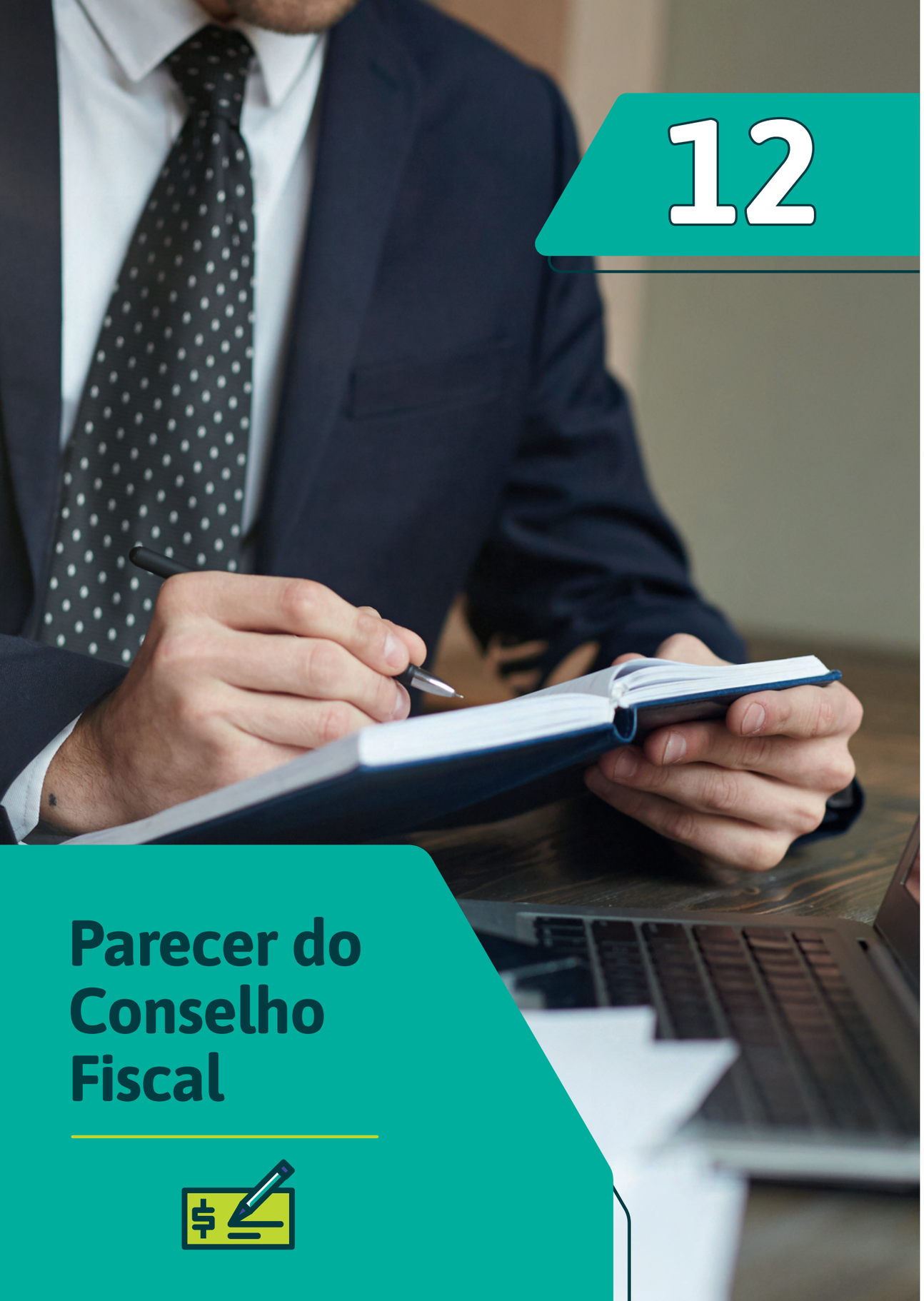
RONALDO ALVES DA SILVA
PRESIDENTE

REGINA TEIXEIRA MIRANDA DINELLI
DIRETORA GERAL

FERNANDA DE OLIVEIRA GONCALVES FREITAS
DIRETORA FINANCEIRA

ELAINE CRITINA NETO
CONTADORA – CRC/MG 082.177/O-0

30



12

Parecer do Conselho Fiscal

Parecer do Conselho Fiscal - Referência 2023

Ao Conselho de Administração,

Os membros do Conselho Fiscal do SICOOB COOPJUS, conforme estabelece o artigo 86, IV, do Estatuto Social, e em cumprimento das atribuições legais e estatutárias, examinaram:

- O resultado das reuniões mensais de verificação dos relatórios de controle;
- Os relatórios de auditorias interna e externa;
- Os documentos, saldos e numerários das transações realizadas durante o exercício de 2023;
- As medidas propostas e julgadas convenientes, oportunas e necessárias pela administração;
- Os documentos contábeis, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado e os demais demonstrativos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Baseado nos exames efetuados e no Parecer de Auditoria Interna/Externa, concluímos que as contas apresentadas merecem a aprovação pelos(as) senhores(as) cooperados(as), sem ressalva ou recomendação.

Belo Horizonte, 22 de março de 2024.

Cláudia Maria Diniz Couto
Conselheira Efetiva

José Milton dos Santos
Conselheiro Efetivo

Hebe-Del Kader Batista Bicalho
Conselheiro Efetivo

Ariane Miranda Rabelo Nésio
Conselheira Suplente

Irene Miguel Inocência
Conselheira Suplente

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO SICOOB COOPJUS LTDA.
CNPJ: 25.363.615/0001-03 – NIRE nº: 314.0000335.5
Av. Getúlio Vargas, 258, 6º andar, Funcionários
30112-020 – Belo Horizonte – MG
Telefone/WhatsApp: (31) 2129-8585
www.sicoob.com.br/web/sicoobcoopjus

D4Sign 83688f07-b330-4efc-b63f-16f6b55476d4 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.



13

Relatório de Auditoria

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sicoob Coopjus Ltda. - SICOOB COOPJUS

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sicoob Coopjus Ltda. - SICOOB COOPJUS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB COOPJUS em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

© Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa – CNAC

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte / MG, 04 de março de 2024.

CNAC
Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa

Elisângela de Cássia Lara
Contador CRC MG 086.574/O

RELATÓRIO DE GESTÃO SICOOB COOPJUS 2023

 @sicoobcoopjus

 @SicoobCoopjus

 /SicoobCoopjusBH

 (31) 2129-8585

 www.sicoob.com.br/web/sicoobcoopjus

SICOOB Coopjus